



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE LETRAS E ARTES
ESCOLA DE BELAS ARTES
DEPARTAMENTO DE ARTES E PRESERVAÇÃO
CURSO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO

MARIA ELENA VENERO UGARTE

**OS OBJETOS DA CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO - SUBSÍDIOS PARA O
DEBATE A PARTIR DA TEORIA SOCIAL**

Rio de Janeiro, dezembro de 2020

MARIA ELENA VENERO UGARTE

OS OBJETOS DA CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO- SUBSÍDIOS PARA O
DEBATE A PARTIR DA TEORIA SOCIAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Conservação e Restauração da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do título de Graduado em Conservação e Restauração.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Paula Corrêa de Carvalho.

Rio de Janeiro, dezembro de 2020

FOLHA DE APROVAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Conservação e Restauração da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Conservação e Restauração.

Aprovador por:

Prof^a. Dra. Ana Paula Corrêa de Carvalho
UFRJ (Orientadora)

Prof^a. Dra. Maria Luísa Ramos de Oliveira Soares
UFRJ (Avaliadora interna)

Prof. Dr. Carlo Pagani
UFRJ (Avaliador interno)

AGRADECIMENTOS

Com a convicção de que o conhecimento é um tecido feito em meios afetuosos, tenho muito a agradecer por esta trajetória. Em primeiro lugar, ao curso de Conservação e Restauração da EBA-UFRJ, por me proporcionar valiosas oportunidades de convívio com as diferenças, motor de crescimento profissional e pessoal.

Agradeço a generosidade e o entusiasmo de todos os professores do curso, de modo especial às professoras: Maria Luísa Ramos, Ana Paula Carvalho e Benvinda de Jesus, por estarem presentes sempre, dentro e fora do espaço acadêmico, encorajando e ensinando a superar os contratempos, que não foram poucos. A Ana Paula, pela orientação e estímulo constante. À banca examinadora, por aceitar a interlocução.

Agradeço também a todos os colegas da faculdade, pelas lições de vida e perseverança. Especialmente às amigas: Gabriela Lúcio e Patrícia Riggo.

Em 2016 cheguei ao MAST como bolsista PIBIC, onde hoje permaneço até hoje como bolsista PCI. Sou grata a toda a equipe do Laboratório de Conservação e Restauração de Papel (LAPEL), por abrir as portas a esse espaço privilegiado de pesquisa e aprendizado. Meu profundo reconhecimento a: Ozana Hannesch, Ana Cristina de Oliveira Garcia, Alessandro Wagner Alves Silva e Antonio Carlos Augusto da Costa. Lá encontrei boas amizades, agradeço a todas elas: Ana Carolina Neves Miranda, Fernanda Corrêa, Jessica Maria da Silva e Maria Carolina do Nascimento Araújo. Menção especial a Douglas Vieira Machado, sua partida precoce deixou muita saudade.

Carrego sempre comigo a lembrança das minhas eternas mestras, Nazira Abib Oliveira Vargas e Cecília Maria Aldigueri Goulart, ambas apaixonadas pela educação e pela pesquisa sentipensante. A minha formação como educadora deve muito a elas.

Deixo também o registro de meu carinho e gratidão a:

Minhas amigas (irmãs) que a vida me deu de presente. Elas sempre me emprestam ouvido e oferecem amparo incondicional, e acompanharam com entusiasmo esta fase da minha vida estudantil: Andrea Berenblum, Carmen Rosa

Prada, Gladys Miyashiro, Marcia Giambiagi, Maria José Estévez, Zaida Nuñez. Nesta torcida amiga também incluo a Orestes Castañeda.

Enrique Covarrubias Loayza, importante apoio que tornou possível à minha dedicação ao curso. Como parceiros, vencemos muitas batalhas e aprendemos juntos a trilhar caminhos em terras estrangeiras.

Minha família, que sempre encontra formas de vencer a distância para estar perto de mim e dos meus sonhos: Sandra e Jorge Luis, meus irmãos. Meus sobrinhos: Miguel Angel, Manuel, Isabela, Sebastián e Luciana; e à minha sobrinha-neta, Yma, que renova a esperança num mundo melhor.

Meu Pepito, o cachorrinho mais lindo e amado, a minha gratidão pela companhia alegre e constante. Sua presença irreverente e exigente é o valium para tempos conturbados. Com ele, agradeço também a todos os seres do universo, presentes nesta jornada, pela força e energia que emana deles.

Finalmente, dedico este trabalho às duas pontas da minha existência: aos meus pais, Rafael (*in memoriam*) e Marina, que me deram a coragem de viver e contemplar com um olhar curioso e zeloso; e à minha Daniela, por me escolher como mãe e tornar-se a parceira de ideias e ideais. Eles serão sempre o oceano de vida e renovação.

A experiência, e não a verdade, é o que dá sentido à escritura. Digamos, como Foucault, que escrevemos para transformar o que sabemos e não para transmitir o já sabido. Se alguma coisa nos anima a escrever é a possibilidade de que este ato de escritura, essa experiência em palavras, nos permita liberar-nos de certas verdades, de modo a deixarmos de ser o que somos para ser outra coisa, diferente do que vimos sendo.

(Larrosa & Kohan, 2002)

RESUMO

O trabalho aqui apresentado mobiliza ideias em torno das palavras reconhecimento, validação e legitimação social e se propõe analisar e refletir acerca dos objetos e dos sujeitos da Conservação e Restauração. Em três capítulos, constroem-se argumentos que enaltecem o lugar da teoria social para o debate e fundamentação das questões consideradas essencialmente vulneráveis na área e na disciplina de Conservação e Restauração. O primeiro capítulo destaca a vida dos objetos e as suas convergências com as pessoas, e traz uma crítica sucinta ao corte estratigráfico e servil das perspectivas antropocêntricas que legitimam a supremacia do sujeito no mundo. O capítulo também sugere a necessidade de conhecer o objeto em suas múltiplas dimensões, fazendo um chamado à sensibilidade social do pesquisador no seu trabalho de aproximação ao mundo social que o envolve. Por outro lado, com o olhar dirigido para o sujeito, o segundo capítulo aborda a urgência pelo reconhecimento do conservador e restaurador como profissional especialmente habilitado técnica e cientificamente para intervir no objeto restaurável. Enfatizamos, ainda, que a legitimação de um lugar de fala responde a campos de poder simbólico cristalizados e que precisam ser revisitados a fim de construir a autonomia do campo e delinear os novos caminhos de valorização do profissional. Neste capítulo também resgatamos as ações e lutas empreendidas em prol da regulamentação profissional. Por fim, o último capítulo se debruça sobre o tema da qualificação do restaurador e conservador, elaborando uma linha evolutiva desde os primeiros registros da profissão, a meados do século XIX, e passando pela disciplina dentro do *Curso de Museus*, pelos cursos de especialização e pelos cursos de graduação que hoje se consolidam. O enfoque deste capítulo anuncia novos rumos para a Conservação e Restauração no país e foca a atenção na formação continuada como bandeira de luta que impulsiona o reconhecimento. O capítulo também eleva os argumentos para demandar uma presença mais contundente da ciência social que permita robustecer os programas curriculares da disciplina, entendendo que a formação holística é a base para uma compreensão amplificada dos objetos e dos sujeitos da Conservação e Restauração, e condição de abertura para novas perspectivas de atuação dos profissionais dedicados à “ciência dos poderes simbólicos”.

Palavras chave: Conservação - Restauração – Regulamentação – Qualificação

RESUMEN

El trabajo que aquí presento moviliza ideas alrededor de las palabras reconocimiento, validación y legitimación social y se propone analizar e reflexionar acerca de los objetos y de los sujetos de la Conservación y Restauración. En tres capítulos, se construyen argumentos que ensalzan el lugar de la teoría social para el debate y fundamentación de las cuestiones consideradas esencialmente vulnerables en el área y en la disciplina de Conservación y Restauración. El primer capítulo destaca la vida de los objetos y sus convergencias con las personas, y trae una crítica sucinta al corte estratigráfico y servil de las perspectivas antropocéntricas que legitiman la supremacía del sujeto en el mundo. El capítulo también sugiere la necesidad de conocer el objeto en sus múltiples dimensiones, convocando la sensibilidad social del investigador en su trabajo de aproximación al mundo social que lo involucra. Por otro lado, con la mirada apuntada hacia el sujeto, en el segundo capítulo declaramos la urgencia por el reconocimiento del conservador y restaurador como profesional especialmente apto técnica y científicamente para intervenir el objeto restaurable. Enfatizamos, así mismo, que la legitimación de un lugar de enunciación responde a campos de poder simbólico cristalizados y que precisan ser examinados para construir la autonomía del campo y delinear los nuevos caminos de valoración del profesional. En este capítulo también rescatamos las acciones y luchas libradas en pro de la reglamentación profesional. Finalmente, el último capítulo se dedica al tema de la cualificación del restaurador y conservador, elaborando una línea evolutiva desde los primeros registros de la profesión, a mediados del siglo XIX, y pasando por la disciplina dentro del *Curso de Museus*, por los cursos de especialización y por los cursos de pregrado que hoy se consolidan. El enfoque de este capítulo anuncia nuevos rumbos para la Conservación y Restauración en Brasil y fija la mirada en la formación continuada como impulso necesario para el reconocimiento. El capítulo también levanta argumentos para reclamar una presencia más contundente de la ciencia social que permita robustecer los programas curriculares de la disciplina, entendiendo que la formación holística es la base para una comprensión amplificada de los objetos y de los sujetos de la Conservación y Restauración, y condición para abrir nuevas perspectivas de actuación de los profesionales dedicados a la “ciencia de los poderes simbólicos”.

Palabras clave: Conservación - Restauración – Reglamentación - Cualificación

ABSTRACT

The present study mobilizes ideas around the words recognition, validation and social legitimacy in order to analyze and reflect on the objects and subjects of Conservation and Restoration. In its three chapters, the relevance of the foundations of social theory is claimed to address issues considered essentially vulnerable in this area and discipline. The first chapter highlights the life of objects and their convergence with people, and it brings a succinct critique to the strati-graphic and servile cut by which anthropocentric perspectives proclaim as legitimate in order to affirm the supremacy of the subject. This chapter also suggests the need of knowing the object in its multiple dimensions, appealing to the social sensitivity of the researcher in his work of approaching the social world that involves him. As for the subject, in the second chapter, it is declared the urgency for the recognition of the conservator and restorer as a professional especially primed, and scientifically capable to intervene in the restorable objects. This study also emphasizes the fact that the legitimacy of a place of articulating are designated to fields of symbolic power that have been fossilized and, thus, need to be examined in order to build the autonomy of the field as well as outline the new ways of formally recognizing its professionals. In this chapter, the present study also rescind the actions and profits released in favor of professional regulations. Finally, the last chapter deals with the theme of the qualification of the restorator and conservator, elaborating a timeline from the first records of the profession, some time in the middle of the XIX century, and advancing through the discipline within the *Curso de Museus*, the courses of specialization, and the courses of graduation which are presently consolidated. This chapter proposes a pathway in a new direction for the Conservation and Restoration in Brazil, and it provides the continued views its development as a driving force towards recognition. The chapter also raises arguments to claim a stronger presence of social science to fortify the curricular programs of the discipline, understanding that the holistic training is the basis for an amplified compression of objects and subjects of Conservation and Restoration, and the opening of new prospects for the performance of professionals dedicated to the “science of symbolic powers”.

Keywords – Conservation- Restoration – Regulation - Qualification

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Mesa de trabalho: “Reconhecimento Profissional – Depoimentos”. IV Encontro Luso-Brasileiro de Conservação e Restauro. Casa de Rui Barbosa, 30 de novembro de 2017. Fonte: Página de Regulamentação da Profissão de Conservador-Restaurador no Facebook.

Figura 02 – Consulta textual - Cadastro Nacional de Curso e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC. Base de dados oficial dos Cursos de Bacharelado em Conservação e Restauração do Brasil.

SIGLAS

ABRACOR - Associação Brasileira dos Conservadores e Restauradores de Bens Culturais

ACCR - Associação Catarinense de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais

AIBA - Academia Imperial de Belas Artes

EBA - Escola de Belas Artes

e-MEC – Portal do Ministério da Educação

ENBA – Escola Nacional de Belas Artes

LAPEL - Laboratório de Conservação e Restauração de Papel

MAST - Museu de Astronomia e Ciências Afins

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFPEL - Universidade Federal de Pelotas

UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora

UFPA – Universidade Federal do Pará

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

FCRB - Fundação Casa de Rui Barbosa

MEC – Ministério da Educação

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo 1. Sobre o <i>objeto</i> da conservação e restauração	17
1.1 Vida e conexões dos objetos	18
1.2 Notas sobre objetos e pessoas: explorando novos caminhos metodológicos	26
1.3 Estratégias para pensar a matéria e a materialidade do objeto	30
Capítulo 2. Sobre o <i>sujeito</i> Conservador e Restaurador	39
2.1 Apropriação e legitimação de saberes para reconhecer novos horizontes	40
2.2 As transformações do campo através dos seus agentes	49
2.3 Revisões e (des)construções necessárias para encontrar seu lugar	55
Capítulo 3. A construção do campo disciplinar para a formação e qualificação dos conservadores e restauradores	64
3.1 A disciplina de Conservação e Restauração dentro das instituições brasileiras	65
3.2 Novas perspectivas na formação profissional do conservador e restaurador	70
Considerações finais	78
Referência bibliográfica	83
Anexos	90

INTRODUÇÃO

Na apresentação da coleção *Educação: Experiência e Sentido*, os coordenadores Larrosa e Kohan (2002) convocam Foucault para refletir sobre o sentido da escrita; escrevemos, dizem eles, “para transformar o que sabemos e não para transmitir o já sabido”. Esta linha de pensamento tem servido de fio condutor durante a costura desta experiência de escrever o trabalho final do curso, sem pretender edificar verdades, mas exercitar as possibilidades de observar as coisas pelo avesso. Peço ao leitor que não coloque o peso da verdade na sua leitura, que tenha em mente que este é um passeio alternativo... quem sabe literário.

De cunho principalmente teórico, este texto tem o propósito de pensar o exercício profissional da conservação e restauração que, para além de prática, é praxe, por estar sempre em construção e em tensão. Assim, as reflexões que iniciamos nesta jornada são produtos de leituras, conversas e práticas que formam, transformam e transbordam o meu olhar para o objeto e para o sujeito da Conservação e Restauração, reflexões costuradas em espaços que marcaram a minha trajetória de formação profissional como o próprio Curso de Graduação em Conservação e Restauração da EBA e o Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos em Papel do MAST.

A ideia de refletir sobre o mundo material e os seus cruzamentos com a materialidade e a subjetividade é oriunda de interesses pessoais anteriores e que vieram com força para cobrar seu espaço na proposta do trabalho de final de curso, que deve a sua construção a um leque variado de interlocuções. Conforme diz Frago, os textos “são filhos de circunstâncias e contextos determinados. Estão ademais, relacionados com uma história pessoal. Assim devem ser lidos (...)” (1993, p. 81); e é esta a natureza deste texto. Contudo, a afeição pelo tema foi proporcional à responsabilidade de desenvolvê-lo com coerência, sentimentos que inevitavelmente provocaram em mim pontos de tensão e paralisia. Porém, o desafio de vê-lo materializado na escrita prevaleceu ao sofrimento de escrever, e chegamos até aqui, para mostrar o extrato que conseguimos completar.

Os anos me ensinaram a correr atrás do gosto pelas coisas; amargo o doce, o gosto se impregna em tudo o que fazemos e em tudo o que tocamos. Saborear este texto teve muitos momentos, nem sempre agradáveis, nem sempre suportáveis. Cercar, abraçar e dar contorno às ideias é um trabalho complexo e sofrido, domesticar a infinidade de vozes que cobram participação e vitalidade é

simplesmente desolador. Muitas vezes o objeto se mostra rebelde; a sua essência errante o empurra a fugir da sua fronteira à procura de novos horizontes, pois, para o pensamento, a palavra escrita, embora necessária, opera como uma camisa de força que controla os movimentos, as partidas e as chegadas. Apesar disso, é essencial aprender a acolher as tensões, os atritos e os tremores, já que esses caminhos sinuosos são os que revelam paisagens surpreendentes de nós mesmos. Prigogine afirmava que “longe do equilíbrio a matéria torna-se mais criativa”¹, precisa ou não, essa frase foi o meu descanso em momentos mais estremecidos. Sem a possibilidade de manter o objeto em sua dimensão oral, assumo o desafio da escrita e me prendo de um lápis para costurar linhas, sulcos, trilhas e abismos, tudo para dar conta de um texto minimamente finalizado, seguindo o modelo da escrita acadêmica, uma condição societal que submete o discurso, como diria Mey (2001, p. 42).

Como iniciar? Como organizar? Como domesticar a oralidade? Que ferramentas escolher? Sem querer desapontar ninguém, reconheço este texto como o produto do meu corpo que na sua totalidade se vê afetado, sensibilizado em todos os seus órgãos e sentidos. As palavras e os caminhos que escolhemos só fazem sentido quando dão sentido ao que nos acontece, e esse sentido acalentado fez com que as primeiras linhas do meu tecido textual se projetaram em espanhol, a minha língua materna, aquela que vem das entranhas, do lugar dos afetos. Normalmente não escrevo textos acadêmicos em espanhol, mas esse ato inadvertido tem a sua inspiração no tema que aqui me ocupa e que me transporta ao lugar da emoção.

Sem dúvida, este texto aproxima muitos sentimentos que me parece importante salientar, muitos deles nascidos na faculdade, no meio a espaços afetuosos e almas generosas que me mostraram novas maneiras lidar com a teoria e com o intelecto. Nesta experiência de escrita, e em todas as experiências que me abraçaram em cada cantinho da EBA, passei por transformações que levarei para a vida toda. Aceitei com paixão essa corrente caudalosa e energizante que “o saber da experiência” me ofereceu, essa experiência que não nos permite seguir sendo o que fomos. Sobre as qualidades dessa experiência, o filósofo da educação Jorge Larrossa aporta uma importante reflexão: “a experiência é o que nos passa, o que

¹ PRIGOGINE, 1997:71 p. 30 apud AGNOLETTO, 2009, p. 18. Tradução livre e adaptada.

nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca”. (2002, p. 21).

Entre leituras, conversas e falas interiores, os primeiros questionamentos que surgiram apontaram às hierarquias estabelecidas entre o sujeito e o objeto e entre os próprios sujeitos da conservação e restauração. O enfoque nas subordinações e supremacias do campo criaram alguns feixes de luz que convergiram na palavra “reconhecimento”. O verbo “reconhecer” (segundo o dicionário vinculado a “identificar”, “admitir”, “aceitar” ou “certificar”) se faz presente na totalidade do trabalho em alguma das suas múltiplas acepções, mas sempre inscrito no campo de forças e lutas de poder, seja em referência ao objeto da conservação e restauração, que exige um resgate conceitual, ou referido ao sujeito que reivindica a regulamentação da profissão. As discussões aqui construídas recebem, além da teoria do próprio campo, o endosso da teoria social, da sociologia e da antropologia, principalmente.

No primeiro capítulo falaremos do mundo material e das suas conexões com o mundo das pessoas, problematizando o binómio sujeito-objeto para entendê-lo como duas regiões de um mesmo mundo que está vivo e em constante transformação, agindo dentro de uma rede criadora de vida social orgânica. Neste sentido, o texto traz argumentos que incorporam o valor dos objetos para além da sua função prática em que foram colocados pelas teorias antropocêntricas. O capítulo também sugere um mergulho profundo nas histórias dos objetos da Conservação e Restauração lançando mão da sensibilidade, intuição e comprometimento social do pesquisador que aceita o desafio de visitar, conectar-se e transformar-se com um outro conhecimento.

No segundo capítulo entraremos na discussão sobre o trabalho do conservador e restaurador e sobre seu lugar dentro da gama de profissões que, historicamente, tem tomado para si a tarefa de intervir o objeto, seja para conservá-lo ou restaurá-lo. Abordamos aqui as circunstâncias em que foram construídas as lutas da classe pelo reconhecimento da profissão e os juízos que alinhavaram, no Brasil, o veto presidencial, argumentos que até hoje vinculam a tarefa de conservar e restaurar a uma área em que as destrezas manuais e artísticas habilitam a qualquer cidadão habilidoso para o desempenho da função. Recuperamos também neste capítulo os esforços que, em conjunto ou de modo individual, assumiram

associações e profissionais na luta pela afirmação e identidade do campo, e destacamos a necessidade de novos investimentos em pesquisa e qualificação profissional.

Finalmente, no terceiro capítulo recuperamos parte da história de criação de cursos de conservação dentro de programas educativos e dos cursos de especialização em conservação e restauração que formaram muitos profissionais que hoje atuam na área. Assim também, serão relatadas as circunstâncias que favoreceram a criação dos cursos de graduação dentro da conjuntura político-pedagógica da primeira década do presente século e as ações que deram maior energia aos apelos pela consolidação do campo disciplinar, a partir do panorama de formação superior ao nível da graduação que ganha cada vez mais força e ressonância dentro e fora das fronteiras regionais. Manifestamos também o desejo pelo fortalecimento da formação holística do conservador e restaurador a partir do aprofundamento da teoria social que fundamenta os processos identitários que influenciam na postura e redimensionamento do papel dos sujeitos da Conservação e Restauração como agentes sociais.

Em termos metodológicos, o texto ganha envergadura com a experiência, pois, se une às inquietações que acompanharam o meu percurso na faculdade para procurar o resgate teórico dentro de esquemas conceituais de variadas áreas da ciência social, sob a proposta de refletir em torno dos objetos e sujeitos da Conservação e Restauração, problematizando e questionando os mecanismos que minham a sua representatividade no mundo profissional, cultural e político. Para tal, identificamos as relações com as outras áreas do conhecimento e com os campos disciplinares que compartilham das bases epistemológicas. Por fim, acreditamos no resgate da trajetória histórica como um ponto de partida chave para entender e desvendar as relações estruturais entre os campos de poder.

**CAPITULO 1. SOBRE O *OBJETO* DA CONSERVAÇÃO E
RESTAURAÇÃO**

Capítulo 1. Sobre o *objeto* da conservação e restauração

De la lengua maya aprendieron que no hay jerarquía que separe al sujeto del objeto, porque yo bebo el agua que me bebe y soy mirado por todo lo que miro, y aprendieron a saludar así: —Yo soy otro tú. —Tú eres otro yo.²

Eduardo Galeano - 2011

1.1 Vida e conexões dos objetos

Os objetos, aos quais dirijo a atenção neste capítulo, sempre se revelaram desafiadores ante mim, eram sempre eles os que rompiam o silêncio quando precisavam de intervenção ou recuperação. Da minha parte, o prazer em decifrar os seus mal-estares ultrapassava todas as barreiras do tempo; podiam ser dias, semanas, meses ou anos, o tempo que for preciso para observar os seus sintomas e regular a sua pulsação. Esta satisfação de sabê-los vivos, pulsantes e atuantes fez com que mais tarde descubra na área de Conservação e Restauração um terreno fértil e cálido para recuperar as percepções do mundo material a partir da análise social.

Confidências à parte, a minha proposta é refletir sobre “a vida social das coisas”, enunciado com que Appadurai intitula o seu livro e tema que provoca paixões e tensões na área de Conservação e Restauração no seu percurso de busca e construção teórica continuada para o estudo das categorias-chave sobre a relação de pessoas e objetos; da matéria e da materialidade; do signo e do significado, por citar algumas.

Entendo que, nesta abordagem, caminhamos sobre telhado de vidro, sobre um campo minado, porem, resulta imperativo recuperar o lugar do mundo material na vida das pessoas, esse mundo através do qual os sujeitos edificam seu mundo simbólico. Para levar adiante essa proposta, procuro parceiros teóricos de áreas que tem se destacado na reflexão, como a antropologia, a sociologia e a psicologia, além da linguística que, empenhada por entender a natureza social da linguagem, também se abre para importantes relações ao respeito.

A problematização teórica do binômio sujeito-objeto repercute fortemente na área das ciências sociais; destarte, é desde este arcabouço conceitual que consigo uma trama mais fechada para arguir o pensamento moderno ocidental que tem

² Da língua maia aprenderam que não há hierarquia que separe o sujeito do objeto, porque eu bebo a água que me bebe e sou olhado por tudo que olho, e aprenderam a saudar assim: —Eu sou outro você. —Você é outro eu. (Tradução livre).

fragmentado e enfraquecido as redes de pensamento que unem matéria, materialidade e símbolo. Desde esse viés teórico, Bittencourt faz uma crítica às conceituações de cultura desvinculadas da materialidade e declara:

(...) as ciências humanas têm, frequentemente, se lançado diretamente ao estudo dos aspectos simbólicos da cultura, deixando a questão da materialidade sobre a qual se planta o simbólico num constrangedor segundo plano – mesmo quando o laço é claro a ponto de se tornar evidente. Mas não seria esta outra versão da velha pergunta sobre a primazia do ovo ou da galinha? Talvez seja mais correto dizer que, no caso, ‘ovo’ (o objeto) e ‘galinha’ (o sistema simbólico) estão contidos um no outro, e um expressa o outro. (2011, p. 31).

Por outro lado, de modo mais específico e quiçá mais contundente, o aporte da antropologia social oferece insumos para entender de que forma os objetos agem secretamente em nós. Já de início, a linha antropológica manifesta a necessidade de superar os prejuízos da “razão prática” que constrói uma relação “estratigráfica”³ entre sujeito e objeto. Assim, segundo Gonçalves, a ideia preconcebida de que “os objetos servem tão somente aos propósitos e necessidades de um sujeito soberano, não é algo evidente para a maioria das sociedades existentes no planeta. O ‘espírito das coisas dadas’ é um tema clássico da antropologia...” (2013, p. 7). Este ponto de partida se mostra pertinente para avançar na revisão de paradigmas conceituais que não interessam apenas à antropologia, e não são do todo de cunho antropológico. A abordagem do tema a partir de diferentes pontos de observação, sem dúvida, engrandece a discussão sobre a materialidade e possibilita novos olhares também para nós, conservadores e restauradores. Resulta evidente que as questões relacionadas com objetos e a matéria que os constitui transitam cotidianamente entre nós, porém ainda é desafiador entender tais questões a partir de outras vozes que permitam revirar conceitos aparentemente claros e bem resolvidos sobre o mundo material e a vida social.

Entre o positivismo, que proclama a verdade e neutralidade do conhecimento do mundo material; e a fenomenologia, que enfatiza a experiência pura do sujeito sem a qual não existiria esse mundo, o fato é que atualmente parece pitoresco reclamar o lugar que os objetos têm em nossas vidas, mesmo quando a soberania instalada do sujeito (derivada principalmente da corrente fenomenológica) se veja

³ Tomamos emprestado o termo de Geertz (1989) que, em suas reflexões sobre o conceito de cultura, desenvolve a ideia de “concepção stratigráfica”.

logo abalada pela inconsistência de se pensar em níveis autônomos de consciência, aqueles que se isolam do objeto. A este respeito, Mey afirma que o mundo dos objetos não é construído sob a operação soberana da consciência, o mundo está constituído nas duas instâncias que se completam num ciclo sem fim: “A mente é uma metáfora do mundo dos objetos que em si mesma não é senão um círculo sem fim de metáforas mutuamente refletidas” (2001, p. 184).

Na mesma direção, Gonçalves chama a atenção sobre a interdependência das coisas e dos sujeitos, inclusive porque o corpo também faz parte do mundo físico: “O fato importante a considerar é que, se nos colocarmos do ponto de vista nativo, a vida social não seria possível sem esses objetos materiais e sem as técnicas corporais que eles supõem” (2005, p.22). O fato é que, visto desde qualquer perspectiva, resulta fundamental aceitar e “estabelecer que o cérebro por si só não pensa. A consciência está unida à realidade material” (TRIVIÑOS, 1992, p. 62). Na verdade, diz Carvalho Amaro, parafraseando a Bjørnar Olsen,

‘siempre hemos sido *cyborgs*’, en la medida en que, desde que nos conocemos como especie humana, siempre hemos utilizado objetos para suplir las debilidades de nuestra especie (Olsen, 2012a: 76), desde una piedra tallada que nos permite cazar y defender de los animales salvajes, a un *bypass* sin el cual no podríamos vivir (2014, p. 8)⁴.

A realidade é que os objetos estão entre e antes de nós, perpassam tempos e civilizações, armazenam dados, códigos e signos culturais de grupos e de entornos que com eles se entrecruzam. Os objetos juntam-se às palavras, aos gestos, aos cheiros, aos sons e às imagens para conformar o mundo social que nos recebe e que divide conosco tempos e espaços. Como tuneis que nos conectam com outras atmosferas, eles atuam, influenciam e se interpõem ao tecido que compõe as nossas subjetividades. Mesmo sendo a linguagem verbal o grande diferencial da nossa condição humana, a linguagem das coisas se antecipa e revela quem somos nós e onde estamos: “O relógio e a folhinha asseguram de fato que sou um ‘homem do meu tempo’”, dizem Berger e Luckmann (1985, p. 46). Assim, como constituinte da nossa biografia, a linguagem das coisas também nos classifica e assinala um lugar social e cultural:

⁴ ‘Sempre fomos *cyborgs*’, na medida em que, desde que nos sabemos como espécie humana, sempre utilizamos objetos para suprir as fragilidades de nossa espécie (Olsen, 2012a: 76), desde uma pedra esculpida que nos permite caçar e nos defender dos animais selvagens, a um *bypass* sem o qual não poderíamos viver. (Tradução livre).

(...) os objetos materiais existem sempre, necessariamente, como partes integrantes de sistemas classificatórios. Esta condição lhes assegura o poder não só de tornar visíveis e estabilizar determinadas categorias socio-culturais, demarcando fronteiras entre estas, como também o poder, não menos importante, de constituir sensivelmente formas específicas de subjetividade individual e coletiva (GONÇALVES, 2007, p.8).

Esses elementos do mundo material nos abrem os sentidos para além do visível e se convertem em signos linguísticos da vida social:

As primeiras lembranças da vida são lembranças visuais. A vida, na lembrança, torna-se um filme mudo. Todos nós temos na mente essa imagem que é a primeira, ou uma das primeiras da nossa vida. Essa imagem é um signo, e, para sermos exatos, um signo linguístico. Portanto, se é um signo linguístico, comunica ou expressa alguma coisa (PASOLINI, 1990, p. 125).

Como vemos, Passolini e Gonçalves reiteram o poder comunicativo dos objetos e apontam para sua potencial capacidade de mostrar o mundo para nós; fartura ou carência, requinte ou simplicidade, tudo faz parte da *linguagem pedagógica das coisas*, como diz Passolini. Linguagem pedagógica das coisas que imprime em nós as primeiras *opiniões não verbais* do mundo social. Assim, como já foi dito, o pensamento não verbal se precipita às palavras, isto é, à linguagem verbal e, desde esse ponto de vista, os signos nos constituem e nos agrupam:

O conjunto de signos de um determinado grupo social forma o que Bakhtin chama de universo de signos. E todo signo além dessa dupla materialidade, no sentido físico-material e no sentido sócio-histórico, ainda recebe um “ponto de vista”, pois representa a realidade a partir de um lugar valorativo, revelando-a como verdadeira ou falsa, boa ou má, positiva ou negativa, o que faz o signo coincidir com o domínio do ideológico. O ponto de vista, o lugar valorativo e a situação são sempre determinados sócio-históricamente. E seu lugar de constituição e de materialização é na comunicação incessante que se dá nos grupos organizados ao redor de todas as esferas das atividades humanas (MIOTELLO, 2005, p. 170).

Entender a dimensão, ou dimensões, que assumem os objetos na vida dos sujeitos, as suas interações com o corpo e o espírito, junto às suas potencialidades de estabelecer relações, exige o esforço de romper a lógica comum da sua função utilitária que enxerga a existência das coisas apenas quando elas se prestam à manipulação e ao uso dos indivíduos, a partir de interesses e necessidades supostamente universais (*apud* GONÇALVES, 2007, p. 14).

Atentar às trocas entre sujeitos e objetos para além da sua relação servil, permite construir relações mais integradas e existencialmente conectadas da nossa consciência com o mundo físico; permite também construir um vínculo orgânico da materialidade e da espiritualidade. É neste ponto em que a sociologia do conhecimento se faz presente para afirmar que:

A realidade da vida cotidiana não é cheia unicamente de objetivações; é somente possível por causa delas. Estou constantemente envolvido por objetos que “proclamam” as intenções subjetivas de meus semelhantes, embora possa às vezes ter dificuldade de saber ao certo o que um objeto particular está “proclamando”, especialmente se foi produzido por homens que não conheci bem, ou mesmo não conheci do todo, em situação face a face. (BERGER e LUCKMANN, 1985, p. 54).

Contrário à objetividade, que confunde o conhecimento da realidade com a realidade em si, o conceito de “objetivação” nos ajuda a pensar no conhecimento como uma instância sempre em construção, já que considera que a realidade pode ser “fiscada” apenas transitoriamente devido à sua grande complexidade, que extrapola os sentidos humanos, e ao seu alto teor histórico. Portanto, podemos arriscar a dizer que o mundo objetivado é produto de uma relação social que não admite estratificações, a exemplo do “ovo e a galinha”. Por tanto, reconhecer a outros protagonistas para a história do mundo exige lutar contra as *verdades* gestadas desde a nossa “formação tradicional, no seio positivista e estrutural-funcionalista, [que] não são as mais fáceis de superar” (TRIVIÑOS, 1992, p. 119, grifo nosso). De fato, aprender com as numerosas possibilidades de relação dialógica entre humanos e objetos exige um questionamento contínuo ao respeito do saber estabelecido e legitimado nas sociedades modernas:

Para nós, modernos, as coisas não falam; mas para muitas culturas e para muitos grupos em nossas próprias sociedades contemporâneas, o problema não é exatamente que as coisas não falem; é que desaprendemos os idiomas em que se expressam. Pois, se isolamos as coisas na lógica da ‘razão prática’, na condição de instrumentos estritamente utilitários ou ornamentais, nos afastamos da possibilidade de estabelecer com elas relações de comunicação. Ao atribuir-lhes uma alma, mesmo que imaginariamente, resgatamos essa possibilidade (GONÇALVES, 2013, p. 8).

As problematizações que a ciência social tem colocado, e que aqui tentamos analisar e compreender, se revelam essenciais para olhar a conservação e restauração como uma prática social em que o cuidado e respeito às diferenças

devem estar em primeiro lugar quando se observam às trocas sociais e materiais, já que para muitas culturas *não modernas*, ou que estão à margem da tal “modernidade” (africanas ou originárias, mas, antes de tudo, sul-americanas, que compõem o nosso mosaico identitário e ancestral), os objetos encontram uma via de comunicação bastante fluida com as pessoas, eles se manifestam e participam de eventos sociais e, nessas vivências, eles também falam e vivem, como assim analisa a teoria antropológica mediante sua extensa gama de pesquisas.

Sem dúvida, a linguagem das coisas é um assunto presente nos discursos cotidianos inscritos nas *relações sociais e cósmicas*. A respeito de como as coisas atuam secretamente em nós, de como organizam o nosso sistema simbólico e mostram a sua capacidade de se conectar com a nossa subjetividade social, individual ou coletiva, Sansi (2013) repara nos dizeres de pais e mães de santo do candomblé baiano quando afirmam que “as pedras crescem”. As pedras, as *otã*, diz o autor, são elementos da religião afro-brasileira que guardam os fundamentos de cada *orixá* e se revelam para os seus escolhidos. Após serem *encontradas* pela pessoa indicada (escolhida), diz Sansi, as pedras passam por um ritual de consagração, são lavadas ritualmente e alimentadas com oferendas e sacrifícios. Posteriormente, as *otã* são escondidas em quartos escuros, dentro de vasilhas cobertas de panos para fazer parte do assento (altar) do santo que acompanhará a vida do iniciado na religião (Ibid., p. 109). A invisibilidade da pedra (*otã*) é um ritual necessário que intensifica sua força, portanto, a sua exibição pública é permitida apenas em cerimônias e cultos especiais. Ocultas e em segredo, as pedras acumulam as experiências de vida e de espiritualidade dos rituais, oferendas, danças, alimentos, presentes, etc., e, assim, elas crescem..., elas constroem a sua própria biografia espiritual. O corpo (*ori*) e o assento (*otã*) “são os dois estados opostos em que o santo se apresenta. É no assento que o santo senta [e] no corpo humano que ela dança”; é no assento onde o santo é escondido, isolado e ocultado e no corpo onde é público, vibrante e triunfante (Ibid., p. 110, grifo nosso).

No candomblé, a vida das pessoas e das pedras estão intimamente ligadas além do formulismo ritualístico. Esse é um ponto importante a lembrar quando considerarmos as interpretações e transformações no valor desses objetos para além das casas de candomblé” (Ibid., p. 112).

A *vida oculta das pedras*, nome que Sansi deu à sua publicação, só é interrompida quando a mãe ou filha de santo muda de endereço ou morre. Na ocasião da morte do corpo, o ritual para enterrá-lo é também o ritual para resolver o destino do assento onde o santo descansa, e esta decisão cabe também ao santo: “Na maioria das vezes, o santo aceita ir embora junto com o corpo e os alguidares são quebrados, mas às vezes ele se recusa a sair de seu assento e permanece na casa, pedindo para que os outros iniciados tomem conta dele” (Ibid., 112).

O exemplo das pedras do candomblé, que Sansi traz com brilhante exposição, nos ampara para pensar sobre a integridade física e espiritual dos objetos como um assunto que deve ser discutido profundamente na área de Conservação e Restauração. Quando Appelbaum (2010) se perguntava qual era o impacto que a história do objeto tinha em seu tratamento, podemos inquirir, nesse questionamento, sobre as múltiplas histórias que o objeto congrega, entre aquelas oficiais e as outras subalternas? Como podemos transitar sobre a história do objeto se assumimos que ela tem vidas públicas e vidas ocultas, como os santos do candomblé? É a história acessível apenas com o contato ou com o discurso? Certamente, esses questionamentos não são de fácil resolução, mas eles apontam para a necessidade de um maior investimento a fim de compreender de que forma as coisas estão integradas à vida social e coletiva das pessoas e quais as marcas que deixam no entorno.

Compreender a historicidade dos objetos, isto é, a biografia que construíram socialmente, é uma tarefa árdua que condiciona o trabalho sobre a cultura material. As múltiplas camadas de história e de vida, algumas visíveis, mas muitas delas vitalmente ocultas como as *otã*, não estão acessíveis sempre e para todos, elas se mostram desde o lugar sensível e modesto em que o pesquisador se posiciona. Desde já, é preciso assumir que o nosso olhar não é objetivo, mas objetivado, e que as relações entre objetos e seres humanos são dialéticas e sem supremacias, já que “não é muito claro quem serve quem, quem é o senhor e quem é o escravo; mas, no processo, (...) [ambos] crescem como pessoas” (SANSI, 2013, p, 120). Nada existe de forma autônoma; sem relação e sem conexão pessoas e objetos morrem. Para Gonçalves, as coisas:

Existem efetivamente como parte de uma vasta e complexa rede de relações sociais e cósmicas, nas quais desempenham funções mediadoras fundamentais entre natureza e cultura, deuses e seres

humanos, mortos e vivos, passado e presente, cosmo e sociedade, corpo e alma, etc. (2013, p. 8).

Desde a perspectiva da complexidade, Agnoletto sugere o conceito de autopoiese⁵ (autoprodução) para explicar os acontecimentos sociais como uma troca de matéria e energia constante: “O processo autopoietico corresponde ao próprio processo cognitivo de qualquer sistema vivo, isso se deve ao fato de que o organismo vivo recebe e troca fluxos de matéria e energia do entorno, e assim evolui” (2009, p. 19)⁶. Nesta perspectiva do mundo social, resulta um desacerto observar os sistemas em separado, isolados do seu entorno, pois, a observação apenas de um elemento não fornece os dados necessários para entendê-lo em sua completude e complexidade. Os acontecimentos reúnem criadores e criaturas numa rede dinâmica e horizontal que está em constante mediação. Para Agnoletto, a principal estratégia de entendimento da realidade deve estar focada nos eventos em que as ações acontecem, já que eles põem “em diálogo a unidade com a multiplicidade, e vincula indissolavelmente o singular com o geral” (op. cit., p. 17)⁷.

O evento, desde um ponto de vista teórico-metodológico, mostra sujeitos e objetos integrados, construindo e se apropriando mutuamente de sentidos, em meio a uma dinâmica peculiar orientada pela prática social, pois:

(...) seres e objetos culturais nunca são dados, são *postos* por práticas sociais e históricas determinadas, por formas de sociabilidade, da relação inter-subjetiva, grupal, de classe, da relação com o visível e o invisível, com o tempo e o espaço, com o possível e o impossível, com o necessário e o contingente. Para que algo seja *isto* ou *aquilo* e *isto* e *aquilo* é preciso que seja assim posto ou constituído pelas práticas sociais (CHAUÍ, 1986, p. 122-123).

Desde uma perspectiva menos sujeitocêntrica, haverá certamente muito que aprender do mundo quando o nosso humano olhar reconheça a sua incompletude e fique mais atento às relações que acompanham o movimento e a dança das coisas em seus mais diversos repertórios.

⁵ A teoria de autopoiese ou autopoiesis, criada pelos cientistas chilenos Francisco Varela e Humberto Maturana no âmbito das ciências biológicas, surge nos anos 1970 para tratar dos mecanismos de autoprodução dos seres vivos, num sistema de interações e renovações como condição para sua permanência. Anos mais tarde, Luhmann resgata o conceito para as ciências sociais e impregna um novo olhar para a pesquisa social.

⁶ Tradução livre.

⁷ Tradução livre.

1.2 Notas sobre objetos e pessoas: explorando novos caminhos metodológicos

Os parâmetros que regem os modos como nos aproximamos do conhecimento do mundo seguem uma escala axiológica que é implementada também com ferramentas e recursos metodológicos. A abordagem antropocêntrica, que ainda hoje orienta a maioria das análises dentro e fora do nosso campo, coloca o sujeito como único interventor que submete o objeto a uma função prática. Nesta visão, os objetos existem apenas quando enxergados e usados por pessoas. Em oposição a este pensamento hegemônico, muitos teóricos têm trabalhado para revisar e desconstruir certas estruturas que se consolidaram no Ocidente, ancoradas, principalmente, no valor da verdade (positivismo) ou no valor da experiência (fenomenologia). Entender os sujeitos integrados a um mundo material que lhe compromete e a uma relação dialógica que lhe modifica sugere uma visão que comporte as múltiplas formas com que se constroem redes, isto é, “associações entre elementos heterogêneos” (MERENCIO, 2013, p. 193). A Teoria do Ator-rede (TAR), por exemplo, ensaia um caminho metodológico que permite pensar e avançar a esse respeito, pois ela:

...fornece uma crítica sucinta à oposição entre subjetividade e objetividade na teoria social (...), pois considera que a vida social, a prática cotidiana, possui um caráter híbrido que permeia as relações entre objetos e pessoas, que, por fim resultam em elementos que reúnem em si as características dos dois polos... (Ibid., p. 192).

Esse pensamento integrador e relacional, que reconhece o tecido híbrido constituinte das relações entre objetos e pessoas, pode ser aproveitado nas teorias da restauração que tem se debatido entre o objetocentrismo e o funcionalismo, duas escolas de pensamento que, segundo Muñoz Viñas, foram identificadas por alguns autores como as principais e que respondem a princípios das teorias clássica e contemporânea, respetivamente (2010, p. 158), as mesmas que, até hoje, permeiam os critérios e a tomada de decisões sobre o objeto restaurável. Sobre o funcionalismo, o autor identifica sua afinidade com a teoria contemporânea da restauração: “Valorar el uso o la función es ciertamente un rasgo esencial de la teoría contemporánea” (Ibid., p. 152)⁸.

⁸ Valorizar o uso e a função é, certamente, uma marca essencial da teoria contemporânea. (Tradução livre).

Ao respeito dos juízos de valor, Appadurai traz o pensamento de Mauss que nos convida a pausar essa nossa “ideia articulada *classicontemporânea*” para refletir sobre certas supremacias:

(...) a forte tendência contemporânea é considerar o mundo das coisas inerte e mudo. Só sendo movido e animado, ou mesmo reconhecível, por intermédio das pessoas e de suas palavras (...). Não obstante, em muitas sociedades históricas, as coisas não estavam tão divorciadas da capacidade das pessoas de agir e do poder das palavras de comunicar (2008, p. 17).

Com este enunciado, o autor sugere que a fonte para conhecer o objeto não seja a rede de significados que as pessoas constroem ao seu respeito, mas as formas, usos e trajetórias das coisas mesmas:

Mesmo que nossa abordagem das coisas esteja necessariamente condicionada pela idéia de que coisas não têm significados afora os que lhes conferem as transações, atribuições e motivações humanas, o problema, do ponto de vista antropológico, é que esta verdade formal não lança qualquer luz sobre a circulação das coisas no mundo concreto e histórico. Para isto **temos de seguir as coisas em si mesmas**, pois seus significados estão inscritos em suas formas, seus usos, suas trajetórias. Somente pela análise destas trajetórias podemos interpretar as transações e os cálculos humanos que dão vida às coisas. Assim, embora de um ponto de vista *teórico* atores humanos codifiquem as coisas por meio de significações, de um ponto de vista *metodológico* são as coisas em movimento que elucidam seu contexto humano e social (Ibid., grifo nosso).

“Seguir às coisas em si mesmas” faz todo o sentido para a nossa área. Segui-las em movimento, nessa via de mão dupla, na dinâmica concreta, dialética e histórica em que elas circulam; nas formas, usos e trajetórias que se prolongam por tempos e espaços longínquos acessíveis apenas através de vestígios que deciframos guiados pelas circunstâncias e as ferramentas do nosso tempo. Seguir o objeto do passado, essa gigantesca presença de outro mundo, é conectar-se a um “repositório privilegiado de conhecimento: é como se fosse uma cápsula do tempo, que guarda em si elementos da civilização daquele tempo e do seu lugar de produção e circulação” (STOKES apud HANNESCH et. al., 2019. p. 113). Contudo, na negação da amplitude do conhecer, a base positivista da ciência tem infundido a ideia de que a compreensão do objeto é acessível apenas perguntando e calculando, e o tradicionalismo que nasce dessa fonte insiste em rotular de “pseudociência” a toda proposta metodológica que foge da tirania do cálculo. A este

respeito, Muñoz Viñas dedica parte da sua Teoria da Restauração para denunciar a prevalência que ainda têm as teorias científicas que perseguem a observação “objetiva” e “neutra” como mecanismo único para apreender a realidade, relegando a um segundo plano as ferramentas subjetivas e imateriais, consideradas *acientíficas*.⁹

una sorpresa sincera e ingenua que se produce por creer que la Restauración debe buscar la Verdad, por pensar que la Restauración es una disciplina primordialmente científica, por asumir que es posible y deseable anteponer los criterios objetivos a los subjetivos...(op. cit., p. 104)¹⁰.

Como alternativa para a ciência clássica, ilustrada, vislumbra-se uma ciência possível que reconhece as diferenças e o valor dos processos que contam histórias vivas e em construção, que está atenta a conflitos e contrastes e enxerga as realidades veladas e as histórias não-oficiais, principalmente aquelas que resgatam a rotina e os objetos oriundos de coletividades sistematicamente invalidadas e marginalizadas. Para a ciência possível, o *dado* é um *fato* que exige atenção plena, para além do visível e da palavra expressa. E esse dado relevante (fato) deve ser vasculhado em subtextos, entrelinhas, pormenores, isto é, em tudo aquilo que emana do lado não aparente da realidade e que se mobiliza e se faz visível por meio de certas coalizões e colisões entre observador e mundo observado. E, neste ponto, na relação do sujeito que observa e o objeto observado, Tim Ingold vai além: as histórias, diz ele, não emergem de um sujeito solitário, elas se produzem no meio de correntes da existência humana e não humana como um *continuum* de vida orgânica, em que “regiões sobrepostas do *mesmo* mundo” dialogam entre si:

A pedregosidade, então, não está na “natureza” da pedra, na sua materialidade. Tampouco está apenas na mente do observador ou do profissional. Ao contrário, ela emerge através do envolvimento da pedra com todo o seu ambiente – incluindo você, o observador – e da multiplicidade de maneiras pelas quais está envolvida nas correntes do mundo da vida. As propriedades dos materiais, em suma, não são atributos, mas histórias (p. 69).

Nessa busca pelas histórias mínimas, integradas, enredadas e incursas, resulta oportuno aceitar o convite de Ginzburg em seu giro sobre os indícios, “sobre

⁹ Ver: Muñoz Viñas, 2010, p. 122-137.

¹⁰ Uma surpresa sincera e ingênua que se produz por acreditar que a Restauração deve buscar a Verdade, por pensar que a Restauração é uma disciplina essencialmente científica, por assumir que é possível e desejável colocar critérios objetivos antes dos critérios subjetivos. (Tradução livre).

os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores” (1989, p. 149). Sob os pressupostos do *paradigma indiciário*, Ginzburg sistematiza o valor de olhar para os sinais, os detalhes pequenos dos fenômenos, o dado irrelevante, negligenciável, porque “a personalidade deve ser procurada onde o esforço pessoal é menos intenso” (Ibid., p. 146). Porém, focar nos indícios, nos sinais, nas pegadas, admite Ginzburg, não é uma escolha metodológica fácil, ela obriga o observador a abandonar certos hábitos regrados pelo estatuto científico para lograr um resultado relevante:

A orientação quantitativa e antropocêntrica das ciências da natureza a partir de Galileu colocou as ciências humanas num desagradável dilema: ou assumir um estatuto científico frágil para chegar a resultados relevantes, ou assumir um estatuto científico forte para chegar a resultados de pouca relevância (Ibid., p. 178).

Ginzburg marca posição e adverte para um dilema que, em muitas ocasiões, cria no pesquisador um sentimento de culpa sobre o *rigor científico* do seu trabalho. Muitos conhecimentos, argumenta o autor, não podem ser ajustados ao rigor científico que as ciências da natureza preconizam, pois os modos peculiaridades de observação da experiência cotidiana não podem seguir os procedimentos calculados para fenômenos que se repetem e sobre os quais pode ser aplicada certa rigorosidade; portanto, este rigor é, inclusive contraproduzente:

...este tipo de rigor não é só inatingível mas também indesejável para as formas de saber mais ligadas à experiência cotidiana – ou, mais precisamente, a todas as situações em que a **unicidade e o caráter insubstituível dos dados** são, aos olhos das pessoas envolvidas, decisivos (Ibid., p. 178, grifo nosso).

Sem dúvida, do ponto de vista teórico-metodológico, a questão do conhecimento do objeto merece ser estudada e aprofundada, pois ela tem assombrado os esquemas que orientam o trabalho do conservador e restaurador na sua inquietação por recuperar trajetórias de vida e na sua busca por dar sentido a aquilo que observa e analisa. Aprender a reconstruir os eventos narrativos dos nossos objetos de restauração exige preparo e conhecimento para aguçar os sentidos, para cultivar e restabelecer entradas de “elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição” (Ibid., p. 179), funções sensoriais que captam não apenas os “sintomas superficiais”, mas os dados significativos que passam despercebidos por serem “irrelevantes aos olhos de leigo” (Ibid., p. 151). Este é, a meu ver, um dos

pontos-chave sobre o qual a *ciência da conversação*¹¹ ainda precisa se ocupar com empenho, amparada no arcabouço da teoria social que avança cada vez mais para cobrar seu lugar.

1.3 Estratégias para pensar a matéria e a materialidade do objeto

Vinculada à sociologia do conhecimento, a metáfora de Berger & Luckmann ilustra o caráter circunstancial do conhecimento:

Meu conhecimento da vida cotidiana tem a qualidade de um instrumento que abre caminho através de uma floresta e enquanto faz isso projeta um estreito cone de luz sobre aquilo que está situado logo adiante e imediatamente ao redor, enquanto em todos os lados do caminho continua a haver escuridão (1985, p. 66).

A analogia do conhecimento da vida cotidiana com o cone de luz permite pensar sobre a complexidade da floresta (realidade) e do instrumento (ferramental teórico). Se transportarmos esta metáfora para a área da Conservação e Restauração, diremos que ela abre caminho para refletir sobre as ações que se mobilizam no intuito de conservar¹² os objetos como fonte de conhecimento e “na esperança - na crença - de que o estudo das coisas pode levar a uma compreensão mais verdadeira do mundo” (MACGREGOR apud SANTOS & GRANATO, 2015, p.142). Por outro lado, a teoria contemporânea da restauração de Muñoz Viñas, ao fazer uma analogia dos objetos de restauração com os palimpsestos¹³, reconhece também, de certa forma, que a “floresta” não é inteiramente visível, pois o “cone” ilumina e dá sombra ao mesmo tempo:

“Una obra de arte, o mejor, un objeto de Restauración, es un palimpsesto: una sucesión de textos que se suceden sobreponiéndose mutuamente. Cuando se restaura, se elige uno de esos textos sobre los demás. No se restituye la legibilidad del

¹¹ Aponto aqui a necessidade de legitimar a palavra “ciência da conservação” também como parte do trabalho baseado na teoria social.

¹² A modo de registro apenas, reconheço certo desconforto para com verbo “conservar”, e sua derivação “conservador”, pois eles têm suscitado algum embates internos que algum dia serei capaz de enfrentá-los com maior clareza e argumentação teórica.

¹³ O verbete “palimpsesto” aparece no dicionário da Real Academia Espanhola (RAE) como um: “Manuscrito antigo que conserva marcas de uma escrita anterior que foi apagada artificialmente” (tradução livre). Já o dicionário Aurélio diz se tratar de um “Manuscrito em pergaminho que, após ser raspado e polido, era novamente aproveitado para a escrita de outros textos (prática usual na Idade Média)”.

objeto, se privilegia una de sus posibles lecturas en detrimento de otras” (2010, p. 117)¹⁴.

O entendimento dos limites do nosso conhecimento sugere, por tanto, uma floresta com outras realidades possíveis que a nossa visão auxiliada pela luz de um cone não alcança, precisando, portanto, canais de frequência que captem outros sentidos de um meio ambiente em que todos os seres fluem. Para Tim Ingold é o meio ambiente o lugar particular dos acontecimentos e onde, inevitavelmente, se estabelecem as relações materiais:

Enquanto o mundo físico *existe* em si e por si, o meio ambiente é um mundo que continuamente *se desdobra* em relação aos seres que sobrevivem aí. (...) E assim como o ambiente se desdobra, os materiais de que é composto não *existem* – como objetos do mundo material-, mas *ocorrem*. Portanto... [são] processuais e relacionais. Elas não são nem objetivamente determinadas nem subjetivamente imaginadas, mas praticamente experimentadas. Nesse sentido, **toda propriedade é uma estória condensada**. Descrever as propriedades dos materiais é contar as histórias do que acontece com eles enquanto fluem, se misturam e se modificam (INGOLD, 2015, p. 65, grifo nosso).

Ver as coisas em movimento, em conexão e em transformação é um chamado a pensar o objeto para lá de sua forma inerte e além dos significados e valores que lhe são ou foram conferidos. Voltando um pouco para as pedras do candomblé, mencionadas anteriormente (Sansi, 2013), podemos, convencionalmente, observar nelas um “lado duro”, como interessa ao geólogo, por exemplo; mas também podemos ver seu “lado macio”¹⁵, como interessa à antropologia cultural; entretanto Ingold sugere uma observação da matéria desde uma visão integradora, que resista a uma visão dualista do mundo e restitua o fluído vital que envolve a Terra e todos os seus integrantes, porque:

...no mundo dos materiais, os humanos figuram tanto no contexto das pedras quanto as pedras nos contextos dos humanos. E esses contextos, longe de mentirem sobre os níveis díspares de existência, respectivamente social e natural, são estabelecidos como regiões sobrepostas do *mesmo* mundo. Não é como se este mundo fosse um mundo de fisicalidade bruta, de mera matéria, até que as pessoas

¹⁴ Uma obra de arte, ou melhor, um objeto de Restauração é um palimpsesto: uma sucessão de textos que se sucedem em sobreposição mutua. Quando se restaura, escolhe-se um desses textos acima dos outros. Não se restitui a legibilidade do objeto, privilegia-se uma de suas possíveis leituras em detrimento de outras. (Tradução livre).

¹⁵ Os lados “duro e macio” dos materiais fazem referência à teoria do filósofo Arnold Berleant e que Tim Ingold traz para o debate em nota de rodapé (2015, p. 66).

aparecessem em cena para conferir-lhe forma e significado. As pedras também têm histórias, forjadas nas contínuas relações com o entorno que podem o não incluir seres humanos (Ibid, p. 67).

A ciência ocidental não deixa dúvidas dos processos, interações e trocas energéticas que ocorrem entre materiais, inclusive ela tem edificado seu conhecimento com base nessas observações. Nós, conservadores e restauradores, vivenciamos na prática as modificações e degradações dos nossos objetos, mas, como nos incluímos e como pensamos na vasta história natural que nos une ao mundo? Ingold nos instiga a pensar na possibilidade de um novo giro ontológico, relacional e processual que construa interfaces com outras cosmovisões, principalmente aquelas que sobrevivem dos povos originários, pese a todas as formas de invalidação que partem do pensamento autocentrado ocidental.

Sob esta direção, isto é, perseguindo uma filiação mais genuína com a natureza, Botero-Gómez nos convida a “sentipensar”¹⁶, a fim de dar um corte nas “divisiones normativas entre sujeto y objeto; mente, espíritu y cuerpo; lo humano y no humano; lo orgánico e inorgánico” (2019 apud Goettert & Mota, 2020, p .21)¹⁷. Admito que este resgate teórico resulta ainda espinhoso, fase aos nossos esquemas mentais determinantes, porém ele faz parte de uma tentativa de deixar à luz esses sentipensamentos que se esboçaram no interior da nossa formação originária e que hoje muitos teóricos resgatam para lhes dar vitalidade e legitimidade. Insistir na vida dentro de uma mesma corrente humana e não humana, na integração da natureza e da cultura e na aliança da matéria e do espírito faz muito sentido para tecer novas/velhas formas de vínculo. Por ora, fica a satisfação pelo destaque da necessidade de trazer para o diálogo novos enfoques sobre os objetos da conservação e restauração, campo este que ativa, na praxe, a vida da matéria, pois, para nós, conservadores e restauradores, o nosso material “trabalha”, “responde”, “descansa”. Quem, na intervenção do objeto, nunca mergulhou no mundo dos materiais estabelecendo diálogos e esperando respostas? A vida dos materiais é um assunto constante também em outros campos afins, embora se reconheça certa excentricidade no tema. Lembro-me das aulas de gravura quando, numa etapa do processo, as atenções eram todas voltadas para a *memória* da pedra, torcendo para

¹⁶ O conceito de “sentipensar” foi desenvolvido por Orlando Fals Borba (2002, apud Goettert & Mota, 2020, p. 21) após escutar a um pescador colombiano que se assumia como ser “sentipensante”.

¹⁷ Divisões normativas entre sujeito e objeto; mente, espírito e corpo; a humanidade e a não humanidade; o orgânico e inorgânico. (Tradução livre).

ela lembrar os nossos traçados e esquecer outros que a sua superfície recebera de trabalhos anteriores. O procedimento de preparação da pedra para deixá-la mais *esquecida* das suas passadas impressões e a expectativa por sua resposta, obediente ou rebelde, tinha, certamente, uma natureza dialógica.

Ingold denuncia a miopia existente quando os objetos ficam paralisados num mundo só de humanos, limitado e embaçado, como se eles fossem “uma lousa em branco, uma *tabula rasa*, para a inscrição de formas ideacionais” (op. cit., p. 51). Ainda dentro da sua perspectiva, o autor também considera inadequado o conceito de “materialidade” por estar ainda inscrito na dualidade que critica, e sugere falar de “mundo de materiais” que configuraria uma relação mais orgânica e inclusiva:

(...) Ao falar do mundo de materiais, em vez de do mundo material, o meu propósito tem sido o de escapar dessa oscilação, tanto devolvendo às pessoas ao lugar ao que pertencem, dentro do *continuum* da vida orgânica, e reconhecendo que esta vida mesma sofre contínua geração em correntes de materiais. (Ibid., p. 67)

Confesso que o autor surpreende com as suas explanações sobre o mundo de materiais e o convite a um diálogo mais sério e coeso com a sua teoria, isto, no entanto, fica como um propósito futuro. Agora sabemos que o “lado macio”, antropológico, social e cultural, é apenas um lado desse mundo que nos integra, mas é também o lado que cobra ressonância no nosso trabalho, a pesar das desafiadoras provocações de Ingold que ficarão guardadas, por enquanto.

Desde a nossa perspectiva, vemos com apreço o posicionamento de Ingold e seu interesse para refletir e decifra as armadilhas de um mundo humanamente soberano, contudo, também resulta motivador enxergar os alcances das teorias social e antropológica no que diz respeito às questões da conservação, preservação e restauração dos objetos. Falando especificamente dos objetos da restauração, não há dúvidas de que eles são produto de um mundo social e culturalmente organizado, porém, acreditamos que esta condição não pode estar atrelada à ideia de que nada pode ser diferente, uma visão crítica desses objetos humanamente organizados dirige a atenção aos filtros (teóricos e ideológicos) que orientam decisões e juízos de valor, posturas políticas que decretam a vida ou a morte dos objetos, aquelas, inclusive, que os redimensionam numa nova função, seja ela documental, rememorativa, comemorativa, museológica, etc. Reparar nos processos sociais e institucionais que privilegiam “uma de suas possíveis leituras em detrimento de

outras” (MUÑOZ VIÑAS, op. cit.) é assumir um mundo objetivado, portanto, passível de mudanças. Desde este lugar, é importante a vigília constante, a disposição e aparelhagem para compreender a complexidade dos eventos que determinam a existência e significância dos objetos, a sua seletividade, seu tratamento e sua salvaguarda. Esta ponderação se faz necessária inclusive para desmascarar os nossos mecanismos internos e camuflados que orientam negligências e imperícias em nosso próprio meio profissional.

Sobre a noção de vida/morte do objeto e sobre a dinâmica social que decreta a sua existência, as reflexões de Sansi (2013) acerca das pedras do candomblé nos ajudam a pensar na ressonância de discursos regrados pela lógica predominante que produzem atos autoritários, falhos e desrespeitosos. No seu texto, o autor segue a trajetória de uma pedra *otã* logo que a descobre num museu de medicina legal da Bahia; é possível, diz ele, que a pedra fosse retirada do seu entorno junto com outros objetos apreendidos pela polícia durante as regulares incursões a seus locais de culto e que, uma vez reconhecida em alguma dimensão praxica, tenha sido encaminhada para o museu. Perguntar-se qual seria o destino certo para esta *otã*, ou em quais entornos e conexões ela vive e em quais ela morre, é uma questão que carrega discussões delicadas que não devem ser omitidas, ao final, toda intervenção é uma intervenção política. Problematizar sempre a respeito da legitimidade dos valores universais que classificam e reconhecem os objetos, e respaldam as decisões ao seu respeito, é um assunto de principal interesse para qualquer área permeada pelas questões sociais do mundo material.

Ainda sobre a legitimidade dos objetos, Taylor compara os processos inscritos na produção dos objetos de arte com aqueles objetos produzidos em rituais e celebrações, em vista que o valor universal colocado para entender ambos os objetos e atribuir-lhes um destino comum ocasiona conflitos inscritos na dimensão prática social e no imaginário coletivo dos sujeitos. Os objetos de culto, diz o autor, não estão destinados à exibição pública, como as obras de arte, a sua essência radica na participação e relação na vida mesma dos sujeitos e, logo de cumprir o papel para o qual foram criados, eles são sepultados. Ocasionalmente são exumados para voltar à vida, acrescenta o autor, mas “jamás son utilizados, ni por aproximación, de la manera que se usan los cuadros de una galería de arte” (1978,

apud MUÑOZ VIÑAS, 2010, p. 120)¹⁸. Estas colocações da antropologia abrem caminhos para pensar nas apreensões, escavações, saques e expropriações de objetos como práticas habituais e legitimadas pela ordem patrimonial vigente. Produtos de pilhagens e espoliações, muitas de caráter oficial, os objetos perdem o seu espírito e dignidade. Como as pedras *otã*, que sobrevivem no seu claustro e morrem na exposição, milhares de objetos são arrancados dos seus entornos em que uma vez foram significados e significantes para vagar pelo mundo (das artes, principalmente). Corpos e objetos (se pensarmos nas urnas funerárias ancestrais, por exemplo) separados da sua Terra, portanto, sem cultura, sem território e sem prestígio original, adquirem valores exóticos para o mundo, preferentemente valores apenas comerciais para o mercado. Aqui, a contribuição de García Canclini é certa quando afirma que, nas sociedades contemporâneas, entenda-se globalizadas, estudar a história dos objetos significa também entender os espaços de luta material e simbólica entre classes, etnias e grupos (1999, p. 18).

Uma proposta democrática de seleção, preservação e exposição dos objetos desprende-se de uma sociedade também democrática e, na falta, prende-se da sensibilidade dos profissionais para exercitar os seus sentidos que lhes aproximem a ocultamentos, negações, sombras; involuntárias ou premeditadas. O reconhecimento dos objetos a partir das suas várias camadas de historicidade é resultado do reconhecimento dos sujeitos como atores e produtores de saberes inscritos em práticas e discursos legítimos, condicentes com as suas tradições, visões e relações. Todas as instâncias de pesquisa e intervenção devem estar permeadas pela consciência da alteridade, pelo respeito às diferenças e pela abertura a outros saberes, condições cabíveis em cenários de participação plural e escuta afetuosa:

El acento en la participación social es el recurso clave para evitar los dos riesgos más frecuentes que Oriol Bohigas señala en las ciudades o barrios antiguos: que se conviertan en 'ciudades-museos', ilustraciones históricas de estructuras y formas que quedaron sin función, o 'ciudades para snobs', áreas apropiadas por una élite de artistas, intelectuales, burgueses y sobre todo especuladores, que

¹⁸ Jamais são usados, nem de longe, da mesma forma que os quadros de uma galeria de arte são usados. (Tradução livre).

ven en esos conjuntos urbanos un modo de subrayar su distinción (GARCÍA CANCLINI, *Ibid.*, p. 24).¹⁹

Continuando com os aspectos que envolvem as práticas sociais, Goyena nos alerta para as contínuas transformações, deslocamentos e recontextualizações pelos quais os objetos atravessam nas suas inter-relações com os sujeitos. A transformação, diz o autor, não é exclusividade dos sujeitos, ela também ocorre nos objetos, impondo novas relações e novos processos.

Analisar as particularidades dessa interação é ler o modo segundo o qual um determinado grupo concebeu aquilo que um objeto 'é' ou aquilo que poderia 'estar fazendo'. (...) Enterros, julgamentos, nascimentos ou casamentos são marcados assim não só por transformações em corpos, mas também em objetos (2013, p. 29).

Marcando uma linha tênue entre preservação e destruição, Goyena traz à discussão os processos iconoclastas que se sucederam em 2001, em Afeganistão, quando duas estátuas de Buda decretadas patrimônio da humanidade foram destruídas pelos talibãs, pese a todos os esforços de organismos internacionais para encontrar soluções de salvamento. As estátuas colossais, de aproximadamente 60 metros de altura e construídas no século VI d.C., converteram Bayiman em singular ponto de referência para o budismo, uma rota de culto, descanso e peregrinação que se estendeu por mais de cinco séculos. Não obstante, os novos ocupantes do lugar entendiam que as estátuas deviam ser “neutralizadas”, “pisoteadas”, “desfiguradas” por representarem uma ameaça imanente para as suas crenças. Com esse fato, que tomou por muito tempo as manchetes dos jornais, Goyena chama a atenção a aquilo que o objeto (estátua) *podia estar fazendo* com o fato de estar presente num determinado lugar. A complexidade destas relações é tal, diz o autor, que a mera negação do poder das estátuas reproduz um contradiscurso que levanta questões sobre a interferência na vida de pessoas que nem mesmo acredita nelas, como é constatado nas palavras do próprio líder talibã registradas no decreto que ordenou a destruição total: o risco de deixar as estátuas intatas é delas “se tornar[em] **deuses novamente**” (Flood, 2002, apud, op. cit., p. 32, grifo nosso).

¹⁹ A ênfase na participação social é o recurso chave para evitar os dois riscos mais frequentes que Oriol Bohigas aponta nas cidades ou bairros antigos: que se tornem 'cidades-museus', ilustrações históricas de estruturas e formas que ficaram sem função, ou 'cidades para esnobes', espaços apropriados por uma elite de artistas, intelectuais, burguesias e, sobretudo, especuladores, que veem nestes conjuntos urbanos uma forma de marcar a sua distinção. (Tradução livre).

Assim, para destruir as estátuas, relata Goyena, os talibãs empreenderam uma verdadeira jornada, com logística e estratégias de guerra. Não se tratava apenas de destruir, mas de encontrar o “modo certo” de fazer isso. O empenho na destruição, segundo Goyena, confirmava o poder dessas estátuas nas mentes de quem justamente tentava provar o contrário: “talvez ao se empenhar em destruir os budas, os talibãs se colocam, ainda que o neguem, do lado daqueles que creem na possibilidade de que os objetos sejam coisas vivas” (op. cit., p. 32). Sobre este fato, um metadiscorso, García Canclini adverte que necessidade de sempre correlacionar falas e fatos, porque o significado dos atos está contido no “processo pelo qual os sujeitos os constituem e os sofrem, os transformam e experimentam a resistência do real” (1997, p. 92).

No mundo ocidental, praticas deste tipo têm sido reproduzidas nas últimas décadas em movimentos como os “Urban fallism”, “nonuments”, entre outros, organizados por grupos de ativistas empenhados em reescrever a história através das remoções e destruições dos monumentos urbanos. Cabe aqui pensar com Goyena que atos de destruição, como também de conservação, obedecem a formas de lidar com a cultura material, mecanismos de alta complexidade inscritos nos campos político, ideológico, cultural e religioso que não são totalmente claros nem mesmo para os próprios sujeitos envolvidos. Em relação às mobilizações contra o patrimônio monumental em Europa em nos EUA, em junho de 2020, Beiguelman declara que “A multiplicação de conceitos e práticas acompanha a proliferação de confrontos com a **história oficial encarnada em monumentos** que enunciam, entre dedos em riste, espadas, cavalos e homens brancos fardados, a presença das forças sociais que os ergueram” (2020, s/p, grifo nosso).

Os objetos que *encarnam histórias* de alguma forma agem e marcam espaços identitários em meio a zonas de conflito simbólico e material, afinal, “é também demolindo que lembramos e, preservando, que esquecemos”, como diz Goyena (op. cit., p. 44). As questões relacionadas com a alma e a matéria, de objetos e de sujeitos, não são aspectos totalmente resolvidos para nossas sociedades, mesmo para aquelas que se rotulam “modernas”. Seja no âmbito público ou privado, vemos frequência vemos essa linha tênue, por exemplo, quando quebramos objetos tentando atingir a alma das pessoas; quando rasgamos as fotografias no afã de acabar com as relações, e assim por diante:

“(…) Há, historicamente, quem tenha quebrado o nariz de uma estátua para que ela não pudesse respirar; quem tenha furado seus olhos com uma faca para que o objeto não pudesse ver; quem tenha traçado uma linha preta sobre o pescoço das imagens figurativas para indicar que não estavam animadas; o que tenha arrancado seu dedo com alicate para infligir alguma punição nesse tipo de representações figurativas” (Ibid., p. 28)

Os objetos são destruídos, aprisionados, neutralizados, pisoteados, desconstruídos, reconstruídos, expatriados, ameaçados, abandonados, feitos refém e até mortos. Na cultura árabe é tão legítima essa relação que existem palavras para os objetos que tiveram a alma arrancada ou para aqueles que sofreram recontextualizações, são chamados de *ruh* e *linga*, respectivamente (Ibid., p. 30). Se seguirmos a linha de Goyena quando afirma que as recontextualizações também são uma forma de destruição (Ibid., p. 32), podemos entrar na polêmica e dialética relação entre restauração e destruição. A noção de palimpsesto, a que Muñoz Viñas faz referência, oferece elementos importantes para pensarmos no binômio, mas essa é uma discussão que deixo aqui apenas alinhavada.

Pensar em objetos polissêmicos, fincados em práticas e em disputas, abre a possibilidade de também ouvir os seus silêncios. Os pontos de vista, as escolhas, as vozes que incluímos e as que encapsulamos nas histórias dos objetos não são produto de decisões neutras, ingênuas e isentas de juízos, são, sim, construções para pensar, e sentipensar, no exercício potencialmente político da profissão. E é, precisamente, sobre o papel do conservador e restaurador, como sujeito que marca o seu lugar e a sua posição no entorno social, que dirigimos as ponderações do nosso próximo capítulo.

CAPÍTULO 2. SOBRE O *SUJEITO* CONSERVADOR E RESTAURADOR

Capítulo 2. Sobre o *sujeito* Conservador e Restaurador

Si admitimos que donde hay poder, hay resistencia (Foucault, 2005, p.116), el conocimiento producido por la restauración puede constituir también la manera de encontrar el otro lado del poder, la resistencia que modela los rasgos de los grupos sociales y que, aunque no puede ser separada de la lógica de la imposición, sí puede colaborar en su metamorfosis. Pero revelar el otro lado del poder no se limita a la dicotomía de enunciar su contrario. La racionalidad con la que aún seguimos sosteniendo gran parte del conocimiento y de la experiencia humana, quizá no sea más que otro lugar común de la matriz occidental que nos ha inventado. ¿Sabremos construir el momento para trascender sus límites?²⁰

Alfredo Vega Cárdenas - 2018

2.1 Apropriação e legitimação de saberes para reconhecer novos horizontes

Um ponto crítico que reincide nos debates a respeito do trabalho na área da conservação e restauração diz respeito às formas de enquadramento da profissão, no que ela tem de competência técnica ou científica. Isto toma proporções ainda maiores quanto se pretende inclinar o pêndulo mais para a área da ciência social ou para a ciência exata. Sabemos que esses dilemas não são de exclusividade da área, a dissociação das atividades manual e intelectual parece estar legitimada em muitos campos do conhecimento, e fica ainda mais polarizada quando entram em jogo as relações trabalhistas permeadas pelo prestígio do trabalho intelectual em detrimento do trabalho manual. Mas, separar o pensamento da ação, dividir o sujeito crítico do sujeito técnico parece mais uma estratégia que designa quem decide e quem executa, algo assim como uma reserva de autoridade epistêmica para uma classe em particular. Deste regime de integração/exclusão ao direito de voz e de autoria resulta a divisão do conhecimento em disciplinas e profissões.

Certamente sempre haverá trabalhos e funções sociais que cobrem maior investimento intelectual, enquanto outros, maior agilidade sensório-motora, mas toda atividade requer capacidades intelectuais e motoras agindo em sincronia. Se abordarmos o assunto para além das premissas racionais modernas, veremos que o

²⁰ Se admitirmos que onde há poder, existe resistência (Foucault, 2005, p.116), o conhecimento produzido pela restauração também podem constituir a forma de encontrar o outro lado do poder, a resistência que molda os traços dos grupos sociais e que, embora não possa ser separada da lógica da imposição, pode contribuir para sua metamorfose. Mas revelar o outro lado do poder não se limita à dicotomia de afirmar seu oposto. A racionalidade com a qual ainda continuamos sustentando grande parte do conhecimento e da experiência humana talvez nada mais seja do que outro lugar-comum da matriz ocidental que nos inventou. Saberemos como construir o momento para transcender seus limites? (Tradução livre).

pensamento não é atributo de uma mente que pensa, é sim o resultado de um conjunto de experiências que têm o corpo como mediador, este fluido que realiza e se realiza na ação. Como Jorge Larrosa propõe, não se pensa só com a mente, “(...) pensar não é somente ‘raciocinar’ ou ‘calcular’ ou ‘argumentar’, como nos tem sido ensinado algumas vezes, mas é sobretudo dar sentido ao que somos e ao que nos acontece” (2002, p. 21).

Voltando as atenções para o campo da Conservação e Restauração, veremos que os binômios acima identificados, intelecto/ação, técnico/científico, ciência social/exata, estão presentes cotidianamente, seja no discurso do profissional imerso ou nas produções textuais de chegam de fora. As dicotomias são inevitáveis, mas recebemos com agrado as colocações que recuperam questões ameaçadas pela objetividade. Por exemplo, na introdução ao seu livro, Bárbara Appelbaum manifesta certo desconforto com a prática dos restauradores que se ocupam de técnicas, ferramentas e instrumentos, e que esquecem os aspectos intangíveis envolvidos no trabalho cotidiano (2010, p. XX). Aproximo esses aspectos intangíveis a que Appelbaum se refere àqueles resultantes das análises, leituras, possibilidades/posturas críticas e reflexivas dos sujeitos que vivem e enxergam a intangibilidade. Acredito, inclusive, que esta noção seja estratégica para o nosso campo, por estar à margem dos cálculos e dos pacotes fechados, e ficar mais diretamente associada com processos sociais, culturais, históricos, políticos e, também, com a formação do próprio sujeito conservador-restaurador que se torna competente para ver o lado oculto ou pouco visível, isto é, imaterial, do objeto/obra, que, além do mais, somente é revelado quando os olhos (visões) estão holisticamente qualificados²¹.

Ainda com relação à intangibilidade, cabe lembrar que a enunciação deste critério sempre fez parte da pauta principal nas abordagens críticas da conservação e restauro. Na teoria brandiana (1963), por exemplo, os aspectos intangíveis passam, a meu ver, pela duplicidade histórica²² e pelos aspectos éticos que fazem parte dos princípios que sustentam a “unidade potencial” da obra. O reconhecimento como obra de arte, diz o autor, é o ato primeiro de qualquer intervenção:

²¹ Mais adiante recuperarei a discussão sobre a formação do conservador-restaurador.

²² A duplicidade histórica da obra, para Brandi, tem a ver, por um lado, com o espaço e tempo em que ela foi pensada e criada e, por outro lado, com o momento e lugar presente em que ela é reconhecida (2004, p. 32).

A ligação entre restauração e obra de arte se estabelece, pois, no ato do reconhecimento, e continuará a se desenvolver em seguida, mas no ato de reconhecimento tem as suas premissas e as suas condições. A partir desse reconhecimento serão levadas em consideração não apenas a matéria através da qual a obra de arte subsiste, mas também a bipolaridade com que a obra de arte se oferece à consciência (BRANDI, 2004, p.29).

Para Brandi, o “juízo de artisticidade” determina o reconhecimento que, por sua vez, determina a “qualidade da intervenção” (op. cit., p. 28). Estas reflexões de Brandi, e de outros representantes da teoria crítica, encorpam as discussões sobre o objeto da restauração com argumentos filosóficos de grande importância e vigentes até hoje. Mas se analisarmos pelo lado da distribuição de lugares e papéis, veremos que a atividade consagrada, crítica, reflexiva e política anunciava uma linha divisória: de um lado estavam os historiadores da arte e demais intelectuais aptos para participar das reflexões e do reconhecimento dos méritos da obra, isto é, os responsáveis por enxergar o lado intangível e, do outro, os conservadores e restauradores que, com o domínio da técnica e destreza motora, participavam como executantes do trabalho artístico e manual. Assim, a teoria crítica renovou os princípios éticos que favoreceram e colocaram a restauração em um novo patamar, mas a divisão do trabalho não foi revisada e os restauradores continuaram privados da tomada de decisões sobre o seu fazer:

(...) la restauración continuó siendo considerada como una actividad artesanal, es decir, puramente técnica, que debía ser **ejecutada por los restauradores y pensada por los historiadores del arte y los intelectuales**, a excepción de autores como Viollet-le-Duc, Camillo Boito y Jean Michel Picault, entre otros. En Italia, tal postura se presenta con mayor claridad en la figura de Cesare Brandi, para quien la restauración es una actividad crítica que debe ser dirigida por los historiadores del arte y no por los restauradores, quienes se consideran solo como ejecutantes. (BASILE, 2004, p.43; BRANDI, 2007, p. 253–273 apud VEGA CÁRDENAS, 2018, s/p, grifo nosso).²³

Sobre as teorias da restauração, não restam dúvidas do salto fundamental que experimentaram a partir da segunda metade do século XX, mas o proposta aqui é indagar sobre os lugares de fala destinados para o conservador-restaurador e

²³ A restauração continuou a ser considerada uma atividade artesanal, ou seja, puramente técnica, que era executada por restauradores e pensada por historiadores da arte e intelectuais, com exceção de autores como Viollet-le-Duc, Camillo Boito e Jean Michel Picault, entre outros. Na Itália, tal posição é apresentada com mais clareza na figura de Cesare Brandi, para quem a restauração é uma atividade crítica que deve ser dirigida por historiadores da arte, e não por restauradores, estes devem ser considerados apenas executantes. (Tradução livre).

sobre os mecanismos que legitimam a função do *saber, pensar e decidir*, dissociada da função do *fazer*; mecanismos estabelecidos por enquadramentos institucionais, formais e informais, muitas vezes tácitos; que circundam diversos (con)textos discursivos, deixando hoje frustradas as expectativas pelo reconhecimento do trabalho dos profissionais que atuam na área.

Pensar nas competências que se esperam de nós na atualidade cai num barril de contradições. Por um lado, criam-se mecanismos de atuação e de formação para marcar presença no campo, mas, por outro lado, medidas legislativas, executivas e judiciais sequestram abertamente a função e o lugar do conservador e restaurador. A este respeito, é importante lembrar que, no âmbito nacional, o pedido da Câmara dos Deputados favorecendo a regulamentação do exercício da profissão²⁴, tramitado em 2007 e já aprovado pelo Senado Federal, foi julgado inconstitucional em 2013, durante o governo de Dilma Rousseff. Os motivos do veto presidencial foram assim descritos:

O projeto de lei viola o dispositivo no art. 5^o, inciso XIII da Constituição, que assegura o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, cabendo a imposição de restrições apenas **quando houver risco de dano à sociedade, o que não ocorre no exercício das atividades de conservador-restaurador.** (BRASIL, p. 1, 2013, grifo nosso).²⁵

Evidentemente, o argumento para o veto deixa transparecer o total desconhecimento do trabalho do conservador-restaurador e nega a sua repercussão na sociedade. Segundo o documento presidencial, o exercício da profissão fica livre para todo cidadão por ser um direito constitucional; em outras palavras, deixa à livre escolha as qualificações técnicas e científicas que amparariam a atividade do conservador-restaurador, ou mesmo desobriga a preparação profissional que habilita as intervenções de obras e objetos culturais, pois o resultado, ainda segundo o documento, não constituiriam um risco ou dano à sociedade. A estreitez deste entendimento, que não é exclusividade nossa, radica no lugar comum que trata a função do conservador-restaurador como um ofício meramente artesanal, no que a qualificação e especialização podem vir com o tempo, mesmo que isso signifique

²⁴ Projeto de Lei nº 370, de 2007 (nº 4.042/08 na Câmara dos Deputados): Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Conservador-Restaurador de Bens Culturais Móveis e Integrados e autoriza o Poder Executivo a criar o Conselho Federal de Conservação-Restauração de Bens Móveis e Integrados e seus Conselhos Regionais, e dá outras providências.

²⁵ Despachos da Presidenta da República. Mensagem. Nº- 400, de 18 de setembro de 2013.

lidar com as perdas irreparáveis que eventualmente repercutem na mídia. Mas esse tipo de discurso tem longa data, a tese de doutorado de Nunes de Castro, em que o autor faz um percurso historiográfico do lugar do conservador-restaurador na administração pública desde 1855 a 1980, mostra os cargos para o trabalho manual e habilidoso destinados a cidadãos de extrema paciência e perícia artística, já nas últimas décadas do século XIX (2013, p. 66-67).

Nos dias atuais, convencidas de que a sociedade perde quando a cultura material se faz vulnerável em mãos aventureiras e inescrupulosas, as associações e entidades do setor se mobilizam para que a imagem ultrapassada que se arrastra de entre séculos deixe de ressoar no cenário oficial e nos diferentes espaços de construção da profissão de conservador-restaurador. Assim, as representações e manifestações contrárias ao veto presidencial de 2013 foram contundentes, a exemplo da carta aberta do Curso de Conservação e Restauo de Bens Culturais Móveis da Universidade Federal de Pelotas, que contesta os argumentos do julgamento e pontua os riscos de manter o ofício sem regulamentação:

Se de acordo com o veto presidencial, não se pode exigir uma formação específica e qualquer um pode realizar procedimentos de conservação e restauração, como mensurar, prevenir ou remediar um dano ao patrimônio cultural ocasionado por um profissional despreparado? Infelizmente são frequentes as notícias de tratamentos errados que resultaram em deformações e alterações irreversíveis ao patrimônio cultural. Sem contar os tantos erros e tratamentos inadequados, que não vem a público, que não viram notícias, que permanecem escondidos nos recônditos das instituições. Os danos causados à sociedade existem de fato, são frequentes e graves (2013, p. 1).

Como o texto citado declara, os relatos de grandes perdas e danos à cultura material são inúmeros, alguns ganham espaço na mídia como exemplos do trabalho mal sucedido de “conservadores e restauradores”, e, outros, se tornam casos de discussão em disciplinas acadêmicas. Mas, o principal chamado alerta sobre as escolhas institucionais, públicas e privadas, que, como contratantes, não assumem a responsabilidade sobre os danos e perdas que se escondem nos acervos e reservas técnicas, consequência, em muitos casos, dos processos de seleção de profissionais.

Junto às ações de profissionais e entidades interessados na regulamentação da profissão, a criação dos cursos superiores de formação para o conservador e

restaurador promete uma nova era favorável para o reconhecimento profissional. Entretanto, as vozes que emanam do interior das nossas organizações deverão ecoar também em outros setores e instâncias sociais, pois “é a voz da sociedade que fala em seus personagens e através deles; se a sociedade não nos permite ter uma voz, somos então estúpidos, surdos e até, para todos os efeitos, mortos” (MEY, 2001, p. 124). Aqui cabe questionar-se, ao final, quem fala por nós? O que se fala e escuta de nós? Somos carregados pela fala dos outros ou conseguimos em alguns momentos ser carregadores de nosso próprio discurso?²⁶

A metáfora da voz que Jacob Mey (op. cit.) elabora no campo da linguística, me parece perfeitamente ajustável para o nosso campo quando tratamos de entender o jogo de poderes postos em cena: “a cada voz corresponde um personagem, um agente social; a voz expressa o modo como está organizada a posição do personagem na sociedade” (op. cit., p. 80). Assim, a voz de outros campos do conhecimento, como a museologia e a arquitetura, é frequentemente amplificada quando o propósito é reivindicar (ou resgatar) a participação plena na área da conservação e restauro. Presenciamos com certa frequência a imposição destas vozes mais robustas, de maior “intensidade”, principalmente quando há ameaça ou restrição de atribuições no meio trabalhista, nos editais ou chamadas para contratação de especialistas por exemplo. Vejamos o caso ocorrido em 2018 com o edital do IPHAN: a Área 7, Cargo 2, Técnico I, inicialmente requisitava do candidato a formação em curso de graduação de nível superior em Conservação e Restauração para “realizar **intervenções conservativas e(ou) restaurativas** de bens culturais e acervos sob a gestão do Iphan” (IPHAN, 2018, p. 2, grifo nosso), mas este requisito foi logo contestado por meio de recursos interpostos pelas representações dos setores interessados, os mesmos que conseguiram que o edital fosse retificado de modo a “flexibilizar” o perfil de formação e autorizar outras áreas, como a museologia e as artes visuais, a disputar a vaga claramente destinada para conservadores e restauradores²⁷.

²⁶ Jacob Mey resgata a expressão de Nokolai Hartmann “carregar e ser carregado” no contexto linguístico para diferenciar o falante ativo: *carregador*, daquele falante que se deixa levar pelas palavras do outro: *carregado*, sujeito passivo, sem representação discursiva própria (2001, p. 139).

²⁷ Edital nº 1 – IPHAN, de 11 de junho de 2018.

2.1.2.7 ÁREA 7 - REQUISITO: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em conservação e restauração de bens culturais móveis ou nível superior em qualquer área de formação, acrescido de pós-graduação em conservação e restauração de bens culturais móveis, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.

Mas, não são poucos os casos em que a impositação de voz ecoa como um rugido, resolvendo demandas mediante recursos especiais. Vejamos o caso em que o Superior Tribunal de Justiça (STJ), em resposta a um pedido do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná (CAU/PR), reconhece como atribuição privativa de arquitetos e urbanistas a realização de obras de restauro em Patrimônio Histórico²⁸. O conflito de atribuições, neste caso, se dá entre arquitetos e urbanistas, por um lado; e engenheiros, por outro. Vejamos que em tais articulações fica a marca do “não lugar” para o profissional da Conservação e Restauração, já que ele sequer é mencionado nas atribuições; um “não lugar” que também é “um lugar”, o lugar do desamparo legal e social, o lugar da voz silenciada, como observa Nunes de Castro:

Na busca de uma epistemologia da prática profissional do conservador-restaurador de bens culturais brasileiro, tal viés analítico apontou a percepção da existência de um “não lugar” atribuído a esse agente social, a constatação de sua vaga e imprecisa visibilidade social, assim como a caracterização de uma memória silenciada e inexplorada nos fundos documentais alocados em instituições arquivísticas, museológicas e em centros de pesquisa (2013, p.233).

Para entender os processos de silenciamento e invisibilidade, recorreremos a Bourdieu e seu conceito de campo que nos permite enxergar o tecido social, intelectual e político em que a Conservação e Restauração está inserida. Desde a sociologia, podemos entender que toda atividade social está banhada em conflitos de poder e desejos de legitimidade dos mais diversos atores e instâncias sociais: “Todo campo, o campo científico, por exemplo, é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo” (BOURDIEU, 2004, p. 22-23 apud CARVALHO, 2018, p. 19).

Pensar o campo da restauração do ponto de vista sociológico é pensar no seu papel no espaço social, pensar também no capital cultural que o constitui e faz dele

Edital nº 3 – IPHAN, de 25 de junho de 2018.

2.1.2.7 ÁREA 7 - REQUISITO: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis, **Museologia, Artes Visuais, Belas Artes, Artes Plásticas ou História da Arte**, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.

²⁸ Em 07 de novembro de 2019, o CAU/PR impetrou um mandado de segurança na Justiça Federal do Paraná para defender que o restauro fosse realizado exclusivamente por arquitetos e urbanistas, já que o edital de licitação do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional (FUNDEPAR) permitia a participação também de engenheiros civis para executar as obras de restauração do ginásio de esportes do Colégio Estadual do Paraná, tombado pelo Patrimônio Histórico.

produto e produtor de conhecimentos. Como oportunamente lembra Carvalho, “para Bourdieu, cada campo é o lugar de constituição de uma forma específica de capital” (op. cit., p. 19). A noção de capital simbólico é aqui relevante considerando que é dentro da dimensão simbólica onde se travam as lutas que acabam organizando e regulando a vida social e onde se consagram e validam saberes e atores sociais. A noção de capital simbólico também inspira formas de intervenção nos mecanismos de poder, pois, se tratando de um processo social em movimento, abre brechas e possibilidades de mudança, considerando que “[o capital simbólico] como el otro capital, se acumula, se renueva, produce rendimientos que los diversos sectores se apropian en forma desigual(...)” (GARCIA CANCLINI, 1999, p. 18, grifo nosso)²⁹.

Como todo capital simbólico, o conhecimento legitimado do profissional conservador e restaurador repercute fortemente na sua autoimagem, e isto “produz rendimentos”, como diria Garcia Canclini. Por outro lado, a negação do seu lugar de fala, de produtor de conhecimentos e saberes, reconhecidos e especializados, reflete diretamente na autonomia do campo, ela deixa abertas as oportunidades para que seja difamado, inclusive por decisões oficiais, chamadas públicas para contratação. Nem mesmo as manchetes dos veículos de comunicação ajudam quando mostram as intervenções mal sucedidas, porque os casos isolados que veiculam não se propõem encaminhar a discussão para a necessidade de regulamentação da profissão.

Segundo Vega Cárdenas, o conceito de autonomia opõe-se ao de heteronomia. A heteronomia, diz o autor, é um conceito vinculado a mecanismos de sujeição ou subordinação: “Cornélius Castoriadis define esta noción de heteronomía a partir de su carácter etimológico en donde el nomos, como ley e institución, está dado por otro —heteros— (1996, p.161), es decir, la institución como realidad impuesta.” (2018, s/p)³⁰. Por tanto, aspirar e trabalhar na construção de um campo autônomo torna-se estratégico e essencial, pois:

(...) quanto mais autônomo for um campo, maior será o seu poder de refração e mais as imposições externas serão transfiguradas, a ponto, frequentemente, de se tornarem perfeitamente

²⁹ Como o outro capital, se acumula, se renova, produz rendimentos que são apropriados pelos setores de forma desigual. (Tradução livre).

³⁰ Cornelius Castoriadis define esta noção de heteronomia a partir de seu caráter etimológico onde o nomos, como lei e instituição, é impartido por outro –heteros- (1996, p.161), ou seja, a instituição como realidade imposta. (Tradução livre).

irreconhecíveis. O grau de autonomia de um campo tem por indicador principal seu poder de refração, de retradução. Inversamente, a heteronomia de um campo manifesta-se, essencialmente, pelo fato de que os problemas exteriores, em especial os políticos, aí se exprimem diretamente (BOURDIEU, 2004, p.22, apud CARVALHO, 2018, p. 18-19).

De conformismo para afirmação, de heteronomia para autonomia, de carregados para carregadores há um percurso que deve ser construído a partir das ações individuais e coletivas, pois: “A formação da sociedade não é trabalho de um indivíduo, mas o indivíduo é responsável por isso na medida que é um agente, um personagem, uma voz aquilo que Bakhtin chamou de *orquestração* de um texto” (MEY, 2001, p. 27). A responsabilidade e a ação dos agentes sociais podem fazer que os polos de poder se reposicionem, principalmente no âmbito da academia que tem o capital científico como forma particular de capital simbólico moldado no “reconhecimento (ou no crédito) atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior científico (CARVALHO, op. cit., p.19). Nesta mesma linha de pensamento, Vega Cárdenas cita também Bourdieu para distinguir o espaço acadêmico como um espaço privilegiado para as disputas pelo direito a portar a voz oficial do campo:

Bourdieu ahonda en esta problemática en su libro sobre lenguaje y poder simbólico y clarifica los modos de sacralización del lenguaje de los portavoces oficiales cuando habla de la retórica característica de los discursos de institución (Bourdieu, 2001, p.161). Uno de los escenarios más importantes de las pugnas entre heteronomía y autonomía es el conformado por el capital cultural bajo su dimensión académica. A través de actividades que regulan los principios de jerarquización interna y consagración —como los congresos, coloquios, seminarios, premios de investigación, becas, así como las publicaciones de libros, revistas, etcétera—, se producen los discursos que se incorporarán como capital al campo siguiendo una visión legitimada, o bien se rechazarán al valorarse como impropios o contrarios a los principios y reglas del juego o no suficientemente científicos. De ello dan cuenta las clasificaciones y selecciones, para su publicación y difusión, de las conferencias dictadas en tales foros, que llevan a cabo los agentes del sector dominante de ese campo y que son quienes en mayor medida controlan y fomentan la heteronomía (VEGA CÁRDENAS, 2018, s/p).³¹

³¹ Bourdieu se aprofunda nessa problemática em seu livro sobre linguagem e poder simbólico e esclarece as formas de sacralizar a linguagem dos porta-vozes oficiais ao falar da retórica característica dos discursos institucionais (Bourdieu, 2001, p.161). Um dos cenários mais importantes das lutas entre heteronomia e autonomia é aquele formado pelo capital cultural em sua dimensão acadêmica. Por meio de atividades que regulam os princípios de hierarquia interna e consagração - como congressos, colóquios, seminários, prêmios de pesquisa, bolsas de estudo, além de publicações de livros, revistas, etc. - são produzidos discursos que serão incorporados como capital ao campo,

Essas fundamentações teóricas nos fornecem, num primeiro momento, elementos para enxergar o espaço acadêmico como o lugar das autolegitimações. Sobre essas ações, ocupações e apropriações simbólicas que orientaram e orientam os caminhos da Conservação e Restauração no Brasil tratará a próxima parte do trabalho.

2.2 As transformações do campo através dos seus agentes

Desde uma retrospectiva histórica, podemos entender as práticas como ações de resistência que atores sociais travam e travaram para dar visibilidade ao campo. Recentemente, trabalhos e publicações surgem para contar a história da Conservação e Restauração e outorgar os créditos merecidos a personagens representativos. Ana Paula Carvalho, na sua tese de doutorado (2018), por exemplo, nos mostra as circunstâncias sócio-históricas e políticas em que sujeitos comprometidos tornaram possível a criação do Curso de Especialização em Conservação de Bens Culturais Móveis da Escola de Belas Artes da UFRJ. Já Aloisio Nunes de Castro, também dentro da sua pesquisa de doutorado (2013), mostra a inserção na administração pública do *restaurador de quadros* e a sua transformação em *conservador-restaurador de bens culturais*, assim mesmo, analisa os cargos atribuídos para esses profissionais e o perfil desejado para o exercício da função. Junto a esses, outros trabalhos inscritos na área somam forças e fortalecem a memória do campo, assim como, também, oferecem insumos para entender alguns determinismos que até hoje minguam seu capital e prejudicam a construção de sua autonomia. Entretanto, a produção de pesquisas na área é ainda tímida, conforme observa Nunes de Castro referindo-se a pesquisas relacionadas, principalmente, com a historiografia da Conservação e Restauração. Neste sentido, o autor denuncia a escassez de publicações no âmbito brasileiro: “No que diz respeito à revisão de literatura de obras brasileiras sobre o tema desta pesquisa, são restritas as investigações encontradas” (NUNES DE CASTRO, 2013, p. 28).

A leitura dos trabalhos de Carvalho e de Nunes de Castro nos mostram o percurso e os percalços que a Conservação e Restauração desenhou dentro da

orientados por uma visão legitimada, enquanto que outros serão banidos, considerados impróprios ou contrários aos princípios e regras do jogo, ou não suficientemente científicos. A isto respondem as classificações e seleções, para a sua publicação e divulgação, das conferências ministradas nesses fóruns, que são realizadas pelos agentes do setor dominante desse campo e que são os que, em grande parte, controlam e promovem a heteronomia. (Tradução livre).

academia e da administração pública, respetivamente, em diferentes períodos e através das políticas públicas implementadas pelos governos da época que, indiscutivelmente, atendiam a interesses práticos e abordagens teóricas consoantes com os seus conceitos de cultura, património e preservação. Estas pesquisas também deixam em evidência os sujeitos, suas percepções e intervenções a nível individual e coletivo. Registros como esses permitem enxergar hoje o potencial político do campo e nos encorajam para pensar outra realidade possível, com maiores e melhores condições de atuação dentro e fora dos circuitos discursivos oficiais.

São muitos os esforços conjuntos que profissionais da área iniciaram a favor das políticas preservacionistas, em geral; e a favor do campo, em particular. Carvalho relata com preciso detalhe os primórdios da formação de grupos de discussão sobre questões oriundas da área através da convocação e conformação do primeiro comité de consultores por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/UNESCO - (PNUD) e organismos locais.

No âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento -UNESCO/PNUD foi criado, no ano de 1988, o Programa de Conservação de Bens Culturais no Brasil resultado da ação do Ministério da Cultura e a da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Fundação Pró-Memória. Esse Programa apresentava dois subprogramas dedicados exclusivamente à preservação dos bens culturais móveis e imóveis. (2018, p. 88-89)

No que tange à Conservação de Bens Móveis, diz a autora, foram convocados profissionais que atuavam na área acadêmica dentro de instituições de ensino ou de programas nacionais de preservação. A proposta era, entre outras, apoiar na análise de documentos, na indicação das prioridades para a aplicação dos recursos e na redação das diretrizes para o setor (Ibid., p. 90). Entre os participantes do comité destaque, a título pessoal, profissionais como Beatriz Ramos de Vasconcellos Coelho, Maria Luísa Ramos de Oliveira Soares e Marylka Mendes³², figuras representativas e com voz ativa na área que formaram e formam profissionais desde seus respectivos espaços acadêmicos de atuação³³. Sem

³² Na página 90 da sua Tese de Doutorado, Ana Paula Carvalho nos oferece a lista completa dos membros integrantes do comité, junto com os cargos ou funções que na época exerciam.

³³ A professora Marylka Mendes veio a falecer no passado mês de maio vítima da Covid-19. Registramos o nosso público reconhecimento ao seu trabalho apaixonado e comprometido com a profissão.

dúvida, o compromisso destes profissionais para com a área delineou os rumos da Conservação e Restauração brasileira, motivo mais que merecido para que a sua trajetória profissional fique registrada, seja objeto de pesquisa e análise conjuntural. Aproveito, aliás, esta brecha para deixar a minha sugestão de pesquisas futuras.

É prioritário também mencionar a participação da sociedade civil que teceu iniciativas favoráveis à consolidação do campo. Aqui damos destaque à ABRACOR³⁴, pioneira no Brasil, que tem atuado desde 1980 como porta-voz e ponte para o diálogo com organismos nacionais e internacionais. Segundo Nunes de Castro (2013, p. 238), a associação possibilitou o trabalho em conjunto e combateu o *isolamento profissional* existente. Nas publicações da associação são constantes as reivindicações para que a profissão seja diferenciada e reconhecida por seus pares, a fim de ser valorizada junto e de igual forma que outras profissões já regulamentadas e que atuam na área da preservação. Este discurso vem ao encontro da sua proposta de desenvolver ações para “dignificar e proteger, como órgão de classe, os profissionais conservadores-restauradores de bens culturais” (CARVALHO, 2018, p. 95). Neste sentido, e em cumprimento de um dos seus objetivos, a ABRACOR também assumiu a labor de amplificar, através dos seus boletins, o pensamento das associações internacionais, divulgando documentos que defendiam o domínio técnico-científico da profissão e a urgência do seu reconhecimento. Curiosamente, segundo Almir Paredes Cunha, a associação surgiu por acaso, no intuito de se pensar a formação de conservadores no Brasil. O professor Almir destaca ainda o papel substancial da ABRACOR para a criação do curso de especialização em conservação da UFRJ (CUNHA, 2016 apud CARVALHO, 2018, p. 97). Enquanto aos seus membros fundadores, Carvalho ressalta que “quase todos os atores envolvidos com o Comitê [de consultores] também se envolveram na fundação e/ou consolidação da Associação...” (op. cit., p. 95, grifo nosso).

Assim como a ABRACOR, outros órgãos da sociedade civil têm assumido a representação da classe ao longo dos anos, com características diferenciadas, de abrangência, por exemplo, mas com o mesmo propósito: fortalecer o campo, implementar ações para sua regulamentação e ocupar espaços que lhe são

³⁴ Associação Brasileira dos Conservadores e Restauradores de Bens Culturais - Fundada em 30 de maio de 1980 como uma sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada e de âmbito nacional. (CARVALHO, op. cit., p. 95)

negados por negligência ou desconhecimento. Assim, conquistas isoladas surgem destes núcleos de ação, como, por exemplo, o esforço conjunto das associações ACORRS, ACCR, Arco.it com e ACOR que, em 2019, conseguiram incluir a graduação em Conservação e Restauração como requisito para ocupar a vaga no concurso de Prefeitura Municipal de Uberlândia³⁵. Junto com o comunicado veiculado por mídias sociais, a notícia faz um chamado à união dos profissionais:

Reiteramos aqui o quanto a união e luta coletiva são essenciais para as conquistas coletivas e individuais de todos, em todos os aspectos. Em um momento tão complicado não apenas para a cultura, mas para todos os campos, precisamos estar unidos e resistentes³⁶.

Assim mesmo, para dar vigência e vigor a uma nova edição do Projeto de Lei que regulamenta a profissão, e que atualmente transita na instância legislativa, as associações encontraram importantes parcerias de autoridades que hoje se posicionam por meio de moções:

É com grata satisfação que a ACCR comunica que, por proposição da deputada estadual Luciane Carminatti, o plenário da Assembléia Legislativa de Santa Catarina aprovou, no dia 22/05[19] (ontem), moção de apoio à aprovação do Projeto de Lei nº 1.183/2019, que regulamenta as profissões de Conservador-Restaurador de Bens Culturais e técnico em Conservação-Restauração de Bens Culturais. Na sequência a referida Moção será remetida aos presidentes da Câmara e do Senado.³⁷

Embora seja de interesse comum para os que atuamos na área, neste trabalho não pretendemos nos estender nas considerações sobre todos esses movimentos e seus processos de criação e abrangência, pretendemos apenas deixar registrado o nosso reconhecimento pelo importante papel desempenhado por estas associações que se organizam em prol do direito a um lugar como profissionais em Conservação e Restauração. Certamente, as suas manifestações repercutem com veemência na formação dos novos profissionais e na construção de um novo lugar para o campo. Antes de encerrar esta exposição, é fundamental também mencionar a iniciativa que nasceu dentro do Curso de Conservação e Restauração da Escola de Belas Artes da UFRJ e se expandiu para fora da

³⁵ Ver: Edital do concurso público nº 01/2019, de 05 de julho de 2019 - concurso para provimento de cargos da Prefeitura Municipal de Uberlândia.

³⁶ Ver:
<<https://web.facebook.com/PL370/photos/a.742292975980811/1130947600448678/?type=1&theater>>

³⁷ <<https://web.facebook.com/PL370/photos/a.742292975980811/1079490955594343/?type=1&theater>>

instituição conseguindo importantes adesões. Trata-se da conformação da *Comissão de regulamentação da profissão de conservador-restaurador*. Das discussões dentro das salas de aula do referido curso, a comissão transitou por instâncias diversificadas e ganhou força e representação com o trabalho aguerrido de Gabriela Lúcio, conservadora-restauradora e na época discente do curso da EBA/UFRJ; Maria Luísa Ramos de Oliveira Soares, docente do curso da EBA/UFRJ; e Glicy Rodrigues Azevedo, chefe da Seção de Conservação e Restauração da Câmara dos Deputados. No dia 30 de novembro de 2017, durante o IV Encontro Luso-Brasileiro de Conservação e Restauo, realizado nas instalações da Casa de Rui Barbosa, conformou-se a mesa de trabalho intitulada “Reconhecimento Profissional – Depoimentos”, com a participação de Denise Guiglemeti, representante da ABRACOR, e duas representantes da referida comissão (Fig. 1). Com a participação massiva de profissionais que atuam na área e de professores e alunos dos três cursos de graduação em Conservação e Restauração existentes no país (UFMG, UFPEL, UFRJ), deu-se uma resposta incisiva de apoio ao Projeto de Lei 9063/2017. De autoria do deputado federal Chico Alencar, o citado projeto de lei, atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados, representa a esperança pela regulamentação da profissão. Seguimos esta iniciativa pelas redes sociais através do grupo de Facebook “Regulamentação da profissão de conservador-restaurador”, atualmente com dos mil e dezesseis seguidores.

As iniciativas aqui relatadas e outras que não apareceram neste capítulo, embora saibamos que existem, são reivindicações que se unem a muitas outras, originadas em outros tempos e localidades. O desejo de ver a profissão reconhecida é agenda de profissionais e associações também em outros países, como mostra Nunes de Castro que traz o pronunciamento a favor da regulamentação replicado na voz de muitos estudiosos como Paul Philippot, quem há mais de duas décadas manifestou sua preocupação pela valorização do profissional e pela sobrevivência da obra, consequentemente:

Tendo em suas mãos a sobrevivência da obra na sua autenticidade, o restaurador ainda é comumente visto como um executante – um representante das artes liberais – e, aparentemente, até a data, em nenhum país, apesar de sua clara responsabilidade, a sua formação e profissão são regulamentadas, a sua competência garantida, reconhecida e defendida por um estatuto (PHILIPPOT, 1996, p. 17, apud NUNES DE CASTRO, 2013, p. 27).

Cabe então se perguntar quais são os empecilhos materiais e ideológicos que entram em conflito entre os campos para que a legitimação do nosso campo não aconteça. Mesmo deixando esta questão em aberto para pronunciamentos futuros, podemos pensar nas ações que os próprios profissionais da área realizam em prol ou em contra da valorização, entendendo que toda ação, individual ou coletiva, repercute e modifica o campo de forças. Argumentando este aspecto, foco a discussão nos cursos de conservação e restauração de curta duração que são promovidos pelos inter-agentes e estão abertos para todas as áreas “afins”. Acredito que este investimento em formação curta e rápida confirma aquilo que década após década tentamos combater, isto é, a concepção de que o domínio de alguns conhecimentos práticos unido a uma habilidade sensório-motora é condição suficiente para adquirir as competências e se tornar conservador e restaurador. Desde este lugar, podemos pensar também no mercado de mão de obra barata, muitas vezes alimentado pelos próprios empresários do ramo da conservação e restauração, colegas nossos.

Certamente, a mudança de paradigmas está vinculada a uma mudança de postura profissional. Vestir a camisa é uma responsabilidade que parte do interior do campo, do esforço dos profissionais que se conectam e se comprometem na formação, desenvolvimento e reformulação do campo. Nesse sentido, Bakhtin tem contribuições importantes para pensarmos sobre essas interlocuções que constroem sentidos e se colocam em circulação na sociedade. O autor desenvolve o conceito de *ideologia do cotidiano*³⁸ como um conjunto de práticas que geram novos discursos a partir das intervenções conscientes e organizadas dos próprios agentes, já que: “(...) os sujeitos inter-agentes inscrevem nas palavras, nos acentos apreciativos, nas entonações, na escala dos índices de valores, nos comportamentos ético-sociais, as mudanças sociais” (MIOTELLO, 2005, p.172). No contexto da linguagem, o autor desenvolve uma narrativa que nos ajuda a entender os percursos da *ideologia do cotidiano* que processam e constroem sentidos e signos:

³⁸ Bakhtin desenvolve o conceito de ideologia do cotidiano em sua relação dialética com a ideologia oficial: “A ideologia do cotidiano é considerada como a que brota e é constituída nos encontros casuais e fortuitos, no lugar do nascedouro dos sistemas de referência, na proximidade social com as condições de produção e reprodução da vida” (MIOTELLO, 2005, p.169).

(...) o movimento em cadeia, que se dá tanto na organização social quanto na comunicação interpessoal, faz com que a ideologia se constitua e se renove no contato ininterrupto que se dá entre indivíduos socialmente organizados. **A não-organização dos indivíduos em uma unidade social impossibilitaria a constituição de um sistema de signos**, exigência absoluta para que a realidade seja construída como material significativo, e portanto, como material ideológico. As relações de produção e a estrutura sociopolítica determinam as condições, as formas e os tipos de comunicação verbal possíveis em um contexto dado (op. cit., p.175, grifo nosso).

Para finalizar esta parte, reiteramos a importância e transcendência do conceito de campo, emprestado da teoria social bourdieusiana, para dar maior estrutura epistemológica às discussões sobre a regulamentação da profissão. Como afirma Vega Cárdenas: “pensar la restauración en términos de campo es colaborar en su autolegitimación frente a las demás disciplinas y frente a los otros campos...” (2018, s/p)³⁹.

2.3 Revisões e (des)construções necessárias para encontrar seu lugar

Quando falamos em desconstruir visões e lugares de participação assumimos de início a premissa de que toda construção social é uma resposta a circunstâncias temporais e espaciais determinadas. Reconhecer a relativa vigência das visões de mundo e identificar os traços internos, ideológicos, que lhes dão embasamento teórico é um primeiro passo para analisá-las com critério. Partir do princípio de que todo produto humano está fundado e nutrido por um contexto sócio-histórico nos dá clareza para afirmar de que não existem verdades absolutas, neutras e desprovidas de ideologia(s). Neste sentido, Sánchez Hernampérez alerta para a necessidade de revisar este marco estrutural que envolve as ideias e teorias do passado toda vez que enfrentemos o desafio de ler e interpretar os fatos, de modo a evitar que pensamentos, argumentos e sentidos construídos a posteriori sejam postos em jogo para decifrar o dado e torná-lo falso ou inconsistente. A teoria e a prática, diz o autor, têm um território regulado pelas circunstâncias históricas que lhe dão intencionalidade e pela ideologia que serve de intérprete dos “dados em bruto” (2004, p. 1).

Por outro lado, vemos que, mesmo com todo o ferramental teórico das ciências sociais que nos permite reformulações, regulações e contestações do

³⁹ Pensar a restauração em termos de campo é colaborar para a sua autolegitimação perante as outras disciplinas e perante os outros campos. (Tradução livre).

mundo objetivado, algumas teorias e pensamentos se consagram como verdades emancipadas de qualquer dimensão espaço-temporal. Muitas vezes, pensamentos institucionalizados e sacramentados deixam de fora os seus próprios produtores, os sujeitos, destituindo-os de toda participação na organização social e no processo construtivo. A este fenômeno, que desvincula os sujeitos do seu papel na produção e reorganização do mundo social, Berger e Luckmann o denominam “reificação da realidade”:

“(…) reificação é a apreensão dos produtos da atividade humana como se fossem algo diferente de produtos humanos, como se fossem fatos da natureza, resultados de leis cósmicas ou manifestações da vontade divina. A reificação implica que o homem é capaz de esquecer sua própria autoria do mundo humano, e mais, que a dialética entre o homem, o produtor, e seus produtos é perdida de vista pela consciência. O mundo reificado é por definição um mundo desumanizado.” (1985, p. 122-123).

Como produto natural, isto é, construído sob os axiomas das leis naturais, o mundo social não se mostra aberto à intervenção/modificação através da ação e do trabalho dos atores sociais. O espaço social naturalizado, reificado, libera o passe para as doxas, isto é, para aquele juízo que é “aceito sem comprovação, que é evidente a ponto de o fato de submetê-la à dúvida constituir um crime social” (MEY, 2001, p. 83).

Os conceitos de doxa e reificação ajudam a refletir sobre as representações que fazemos dos produtos humanos fabricados ao longo da trajetória do conhecimento. Representações que, inclusive, interferem naquilo que pensamos de nós e naquilo que nos permitimos pensar e mudar no mundo, como sujeitos coletivos e indivíduos. Olhar com atenção os nascedouros das nossas cosmovisões, das nossas limitações e da nossa praxe é um exercício fundamental para entender estruturas mentais/culturais, mesmo sabendo da complexidade desse emaranhado mental que direciona as nossas ações e reações.

No campo da Conservação e Restauração existe um terreno denso por arar, mais ainda quando se trata dos esforços pelo reconhecimento do trabalho do conservador e restaurador dentro de uma linha crítico-reflexiva. Neste novo/velho movimento, cabe marcar as circunstâncias contemporâneas que chamam a transformar a realidade do campo e desenham o perfil de um novo profissional que, além de dominar técnicas, ferramentas e instrumentos, deverá ser capaz de

enxergar os aspectos invisíveis, intangíveis que constituem o objeto restaurável e fazem dele um objeto único, embalado nas dimensões macro e micro da sua história social.

Este novo profissional, a que Appelbaum⁴⁰ e outros teóricos da restauração cobram maior profundidade de pensamento, maior competência e abrangência para a leitura/interpretação do seu objeto, é um sujeito que se constitui na praxe e na representação social. Possuidor de um conhecimento híbrido peculiar, ele é condicionado pelas condutas valorativas da relação dialógica que tem com seus pares e com outros campos. Reconhecer a autoimagem do conservador-restaurador como representação nos dá a clareza de saber que ela pode ser redefinida mediante um trabalho consciente de cada agente que coparticipa da organização interna do campo e dialoga numa via de mão dupla com o discurso institucional, no âmbito público e privado. As noções de *campo* e de *habitus* são aqui interessantes na medida em que permitem prestar atenção em duas instâncias: por um lado o discurso legitimado e monopolizado que o campo construiu internamente e, por outro lado, às atitudes (em referência ao *habitus*) que respondem a uma realidade objetivada e codificada do capital simbólico e que determinam a realidade possível ou ideal⁴¹.

A propósito de entender os mecanismos de construção da realidade que ao longo do tempo foram ressoando no discurso e na imagem do profissional conservador-restaurador e as práticas do passado petrificadas como representações e dilemas presentes, entra em cena a historiografia, fonte fundamental de conhecimento. Ao respeito, Nunes de Castro julga “de fundamental importância o exame epistemológico das narrativas que formaram as bases e que moldaram as linhas de atuação do profissional brasileiro” (2013, p. 16).

Segundo Nunes de Castro (op. cit.), no Brasil, a figura do profissional conservador-restaurador surgiu dentro da esfera pública, estando seu ofício vinculado diretamente com a restauração de obras de arte. Analisando fontes primárias, Nunes de Castro (op. cit.) recupera os primeiros registros da profissão na administração pública brasileira, os mesmos que remetem a meados do século XIX, no quadro funcional da Academia Imperial de Belas Artes (AIBA). Sob a demanda

⁴⁰ Ver o ponto 2.1 deste trabalho.

⁴¹ Vega Cárdenas (2018) aporta maiores elementos para esta questão com a teoria bourdieusiana como carro-chefe.

construída a partir do pensamento europeu da época, a AIBA faz o chamado para a contratação de um “conservador e restaurador de quadros”, por meio do Decreto nº 805, de 1854. Assim, nomeia o pintor Carlos Luiz do Nascimento para assumir a função da restauração de oito quadros da Coleção da Nacional da Academia. Segundo Nunes de Castro, são esses registros os que assinalam “o marco inaugural da instauração da profissão do conservador-restaurador de bens culturais do Brasil” (op. cit., p. 19). A respeito dos requisitos para a atribuição do cargo, o citado pesquisador destaca que a seleção considerou a aptidão artística e as habilidades especiais de pintor; um capital simbólico, isto é, “aquilo que poderíamos chamar de prestígio e de honra” (op. cit., p. 52) que prevalecerá por muito tempo, inclusive quando realizada a convocação para o substituto de Nascimento, duas décadas depois. Surgia então um perfil profissional que cobrava maior identificação com o artista:

(...) na conformação da gênese do profissional da conservação e restauração no Brasil, possibilita o entendimento de que, para o cumprimento das atividades de conservação e restauração, o profissional deveria ser – antes mesmo de um bom restaurador – um bom artista (GALVÃO apud, op. cit., p. 63).

Por outro lado, um ponto também importante a salientar é a noção de arte restaurativa que, nesse cenário histórico, obedecia a padrões eurocêntricos adotados no Brasil, principalmente provenientes da França e Itália, e que se autolegitimavam, reafirmando sua supremacia frente a qualquer outra manifestação artística e cultural local. O investimento nas políticas preservacionistas direcionadas, principalmente, às obras de arte era justificado devido ao seu alto valor simbólico e representativo, endossado por essa supremacia, numa época em que a ideia de civilização, proveniente do pensamento colonizador e iluminista, orientava o ideário nacional. Desde esta perspectiva, foram se organizando as coleções públicas como dispositivos para nutrir o “sentido moderno da proteção ao patrimônio vinculado aos poderes públicos, ao Estado” (op. cit., p. 37)⁴².

As reflexões de Nunes de Castro nos instrumentalizam para enxergar com maior clareza o panorama atual do campo, já que a construção de sentidos do

⁴² Carvalho (2011, p. 32) descreve dois modelos preservacionistas que se instauraram na Europa: o modelo anglo-saxônico, que convocava a sociedade civil para a organização e proteção dos monumentos; e o modelo francês, de corte centralizador-estatal, desenvolvido a partir da noção de patrimônio e que visava atender os interesses políticos do Estado. Este modelo francês foi adotado nos países latino-americanos, no século XX.

passado, à margem do trabalho crítico e reflexivo, deixa rastros que se sedimentam nas práticas, nos pensamentos e nos sentimentos do presente, entrando na tecedura social e no inconsciente coletivo sem filtro nem reparo. No que tange ao campo da Conservação e Restauração, essas construções, sem dúvida, se manifestam nos processos identitários da disciplina e nas interposições com outras disciplinas. Portanto, resulta válido prestar atenção nas conformações do campo, na formação profissional e nos domínios social e epistemológico que construímos, tentando, sempre que seja possível, tirar o véu dos registros que ficaram depositados nos porões dos discursos oficial e cotidiano e que até hoje dirigem o nosso olhar. Ainda no âmbito do discurso, ouvir com cuidado os dizeres que transitam dentro e fora da área, decifrá-los e desconstruí-los, quando nos ferem e invalidam o nosso lugar social, é um ato político diário, pois “o discurso é aquele campo analítico central, ainda que também diverso, no qual linguagem, poder e disciplina(s) se juntam” (MEY, 2001, p. 178).

Sobre esse discurso, e em retrospectiva pessoal do meu primeiro ano no curso, lembro-me da curta, porém enfática frase que escutei nos corredores do sétimo andar, articulada pelo saudoso Francisco⁴³ que declarava para o seu interlocutor: “nós não somos artistas”. Apesar de recebê-la sem nexos e nem contexto, pois a força da afirmação não era processada com a teoria e experiência (capital simbólico) que o caso requeria, a fala de Francisco ficou instalada em mim para repercutir depois, e me deixar em estado de alerta para essas questões. O discurso pedagógico assume de que muito do que nós vivemos fica guardado na “reserva técnica” do pensamento até encontrar um terreno fértil para dar frutos, e foi assim que uma escuta, aparentemente espontânea, tomou proporções interessantes em meio a conversas de sala de aula, principalmente junto às professoras Maria Luísa Soares e Ana Paula Carvalho, diálogos permeados por temas de identidade profissional, construções sociais, representações, papéis e agentes sociais, etc. Além do mais, as circunstâncias para a criação do curso de graduação em

⁴³ Francisco Jose Pinheiro da Silva fez parte da segunda turma do Curso de Graduação em Conservação e Restauração da EBA/UFRJ (2010/2). Graduado em outra área e já aposentado, destacou-se no curso pela sua atuação plena e seu entusiasmo na execução das tarefas como discente e monitor da Profa. Maria Luísa Soares, na disciplina de Conservação e Restauração de Obras Sobre Papel I. Também era louvável o apoio que brindava nas tarefas administrativas e na organização das atividades extracurriculares e visitas técnicas. Infelizmente, Francisco partiu em 2014, quando faltava muito pouco para a conclusão dos seus estudos.

Conservação e Restauração⁴⁴, que foi assimilado pelo departamento de Artes Base (BAB) da Escola de Belas Artes da UFRJ, também entravam na agenda das nossas conversas com os professores.

Discussões deste tipo acompanham, mesmo que transversalmente, a pesquisa de Carvalho ao respeito da criação do Curso de Especialização em Conservação da UFRJ. No seu texto, por exemplo, a autora resgata a fala da Prof. Marylka Mendes, fundadora do referido curso, que deixa evidente o seu desconforto com os cursos que visavam formar conservadores-restauradores com perfil de artista plástico. Mendes critica declaradamente os cursos de curta duração em Conservação e Restauração por serem criados dentro da instituição para servirem de complemento na formação do artista plástico, com carga horária mínima e escasso conhecimento técnico (MENDES, 1996, p.11 apud CARVALHO, 2018, p. 105).

A ligação direta do trabalho do conservador e restaurador com as obras de arte ou com fazer artístico não é de exclusividade dos nossos tempos, a categoria “arte” esteve sempre atrelada à função do trabalhador da área. Esta identificação direta com as questões estéticas moldou os parâmetros não apenas para as obras de arte, mas também para o tratamento de documentos em suporte papel, prática que se prolongou, até mesmo, a períodos em que se aspirava enquadrar totalmente a disciplina de Conservação e Restauração dentro da linha do pensamento científico, no século XIX. Além do mais, as observações de Nunes de Castro permitem entrever que os processos e descobertas da ciência da conservação atenderam plenamente aos interesses da restauração artística:

É interessante observar nessa narrativa que a prática da restauração é categorizada como “arte”, muito embora os pressupostos científicos da restauração de papel já tenham sido anunciados no século XVIII. Vemos, ainda, o predomínio de uma atividade restauradora voltada para a aparência visual do bem cultural, considerando-se a tônica nas operações de branqueamento, remoção de manchas presentes no papel bem como a realização de reparos. (NUNES DE CASTRO, 2008, p. 39).

⁴⁴ Anos mais tarde, o curso foi integrado ao Departamento de História e Teoria da Arte (BAH) e, em 2018, com a articulação dos próprios docentes, consegue seu próprio Departamento denominado Arte e Preservação (BAP). Esta trajetória do Curso de graduação em Conservação e Restauração da UFRJ oferece insumos para futuros trabalhos de pesquisa a partir de uma linha pedagógico-discursiva.

Também é importante destacar que os processos sociais de finais do século XVII e inícios do XIX davam um sentido valorativo especial às práticas de “restauração” na Europa, valoração endossada pelos sentimentos de “identidade e memória nacional”, peças-chave para a formação dos Estados-nação. O nascente nacionalismo modificava a relação com o passado e multiplicava os esforços para proteger os testemunhos materiais mais representativos, portanto, investir em maiores e melhores procedimentos para a salvaguarda do patrimônio era garantir os preceitos político-culturais que se colocavam em pauta:

Martínez Justicia ressalta que o novo termo ‘monumento histórico’ – que adquire com a Revolução Francesa seu significado jurídico – exemplifica a tomada de consciência defendida por Alois Riegl quando ele estabelece a distinção entre ‘monumento’ e ‘monumento histórico’. Tal valorização propõe a exigência de respeito e de conservação do monumento como valor formal e histórico e, portanto, **esta nova conscientização possibilitou a reflexão crítica, o desenvolvimento e consolidação da conservação e restauração do patrimônio cultural** (NUNES DE CASTRO, 2008, p. 36, grifo nosso).

Neste contexto, cabe aqui um destaque para o papel social das práticas de restauração no ocidente, ligadas à valorização do patrimônio cultural e dos monumentos históricos. Vega Cárdenas completa esta ideia:

En un horizonte más vasto, lo que aquí se denomina restauración ha existido con diferentes nombres y bajo diversos modos a lo largo de la evolución de las culturas (...). En lo que concierne a la cultura occidental, esta labor fue conformándose como una actividad más o menos específica que hasta el siglo XVIII, en conjunto con el nacimiento de la noción de monumento histórico, **emprenderá y supondrá una reflexión no solo sobre la forma de cuidar los objetos o repararlos sino sobre todo de la responsabilidad y la trascendencia de tales acciones** (VEGA CÁRDENAS, 2018. s/p. grifo nosso)⁴⁵.

A responsabilidade e transcendência das ações sobre os monumentos históricos abre caminho para as teorias da restauração e para a elaboração do

⁴⁵ Num horizonte mais amplo, o que aqui chamamos de restauração existiu com diferentes nomes e sob diferentes formas ao longo da evolução das culturas (...). No que diz respeito à cultura ocidental, esta função foi configurada como uma actividade mais ou menos específica que até ao século XVIII, juntamente com o nascimento da noção de monumento histórico, irá empreender e pressupor uma reflexão não só sobre a forma de cuidar os objetos ou repará-los, mas acima de tudo a responsabilidade e a transcendência de tais ações. (Tradução livre).

código de ética que mais tarde alcançará a normatização das intervenções em outros bens culturais⁴⁶.

Com o desenvolvimento das ciências sociais, o século XX encontrou novos entendimentos para a maioria das noções que embasaram as teorias clássicas. As abordagens delineadas sob os conceitos de cultura, arte, história, identidade, memória e patrimônio, por exemplo, proporcionaram novos horizontes conceituais que lançaram luz sobre as questões socioculturais e sobre os desafios que a diversidade étnica, racial, cultural e de classe coloca em sociedades que perseguem o propósito da integração nacional. Embora esta abordagem tenha um sentido mais consensual entre os intelectuais, o pensamento clássico ainda se faz presente no senso comum quando sentimos mais “nossos” os produtos da alta-cultura e quando dotamos de prestígio e merecimento de restauração à obra de arte, em detrimento dos outros bens da cultura material: “Aquilo que distingue à restauração de qualquer reparação é o fato dela estar direcionada a uma obra de arte”⁴⁷ (PHILIPPOT, 2015, p. 20), disse, há mais de duas décadas, o defensor da formação crítica do restaurador. Este discurso nos permite elevar a pergunta de que e quanto resquício do pensamento clássico ainda persiste em nós, e como ele repercute no imaginário coletivo, em circuitos especializados e populares, no aqui e agora.

Não há dúvidas de que as discussões avançam na trilha dos novos paradigmas conceituais. As teorias contemporâneas da restauração tem se ocupado veementemente de discutir alguns pontos-chave para incluir na classe de “objeto restaurável” outras categorias de objetos, além das obras de arte e antiguidades. Neste sentido, Muñoz Viñas dedica parte importante do seu livro para os objetos da restauração, e enfatiza que “proponer o entender que la Restauración se ocupa exclusivamente de obras de arte resulta claramente erróneo, porque hay muchas cosas que de hecho son objeto de Restauración y que difícilmente podrían considerarse *obras de arte*” (2010, p. 27)⁴⁸. Sob esta consideração, o autor elabora uma ampla classificação dos objetos que ganham o adjetivo “restaurável” graças às

⁴⁶ Camilo Boito (1836-1914) é o responsável pelo primeiro código de ética para a intervenção dos monumentos históricos, documento que mais tarde será adotado pelo Ministério da Educação italiano (MIGON, 2014, p. 33).

⁴⁷ Trata-se de uma conferência apresentada em 1994. Tradução livre.

⁴⁸ Propor ou entender que a Restauração se ocupa exclusivamente de obras de arte é claramente errado, porque muitas coisas que são de fato objeto de Restauração dificilmente poderiam ser consideradas obras de arte. (Tradução livre).

suas marcas históricas e culturais, incluindo aqueles que conformam o “patrimônio modesto”. Pode-se dizer, por conseguinte, que a relação das coisas que restauramos merece ser sempre revisada, já que “cualquier objeto de Restauración cumple una función de transmisión ideológica compleja, en el que se conjugan, entre otros, contenidos éticos, identitarios, religiosos, políticos, etc.” (2010, p. 69)⁴⁹.

Esta questão complexa tem ainda um longo caminho para seguir na dimensão discursiva e prático, “Dimensión prático que no ha de quedar reducida a la práctica sino que ha de entenderse en el sentido marxista que nos habla del proceso mediante el cual el sujeto se transforma en la acción de transformar” (AGNOLETTO, 2009, p. 23)⁵⁰.

O conceito de *praxe* que traz Agnoletto é relevante para revisar os mecanismos que nos regulam e direcionam nossas decisões e concessões, e que, muitas vezes inadvertidamente, facultam a hegemonia dos monumentos e das obras de arte como soberanos repositores de cultura, identidade e memória. Certamente, identificar e combater certas supremacias requer um olhar atento e meticuloso de revisão conceitual como peça-chave que permita pensar em processos de descentralização que sugiram sociedades mais democráticas. Enxergar o dado intangível deve também incorporar uma postura de reflexão crítica acerca dos poderes simbólicos que permanecem ocultos nos sujeitos e nos objetos da restauração. Por fim, revisar a teoria, e seus desdobramentos na prática transformadora, é condição para seguir em frente, ao encontro com o que somos, desde a nossa posição geopolítica e cultural, com a reapropriação e releitura da história, da memória e do passado, desde uma pedagogia reconciliadora, uma vez que “Toda operación científica o pedagógica sobre el patrimonio es un metalenguaje, no hace hablar a las cosas sino que habla de y sobre ellas” (GARCIA CANCLINI 1999, p. 33)⁵¹.

⁴⁹ Qualquer objeto de Restauração cumpre uma complexa função de transmissão ideológica, na qual, entre outros, se combinam conteúdos éticos, de identidade, religiosos e políticos, etc. (Tradução livre).

⁵⁰ Dimensão prático que não deve ser reduzida à prática, mas que deve ser entendida no sentido marxista que nos fala do processo pelo qual o sujeito se transforma na ação de transformar. (Tradução livre).

⁵¹ Toda operação científica ou pedagógica sobre o patrimônio é uma metalinguagem, não faz as coisas falarem, mas fala delas e sobre elas. (Tradução livre).

**CAPÍTULO 3. A CONSTRUÇÃO DO CAMPO DISCIPLINAR PARA A
FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS CONSERVADORES E
RESTAURADORES**

Capítulo 3. A construção do campo disciplinar para a formação e qualificação dos conservadores e restauradores

Toda ciência fala desde um lugar; toda a construção sistemática de um pensar com base em teorias e pesquisas sobre as relações entre pessoas e a cultura fala desde uma posição social, conseqüentemente política. Política em um duplo sentido. Primeiro: o de que todo saber emana de polos de poder e corresponde aos seus interesses, ou, então, afirma-se como a possibilidade de transgredi-los. Segundo: o de que o saber é em si mesmo, uma dimensão de poder.

Carlos Rodrigues Brandão - 1985

3.1 A disciplina de Conservação e Restauração dentro das instituições brasileiras

Com base nos argumentos que até este ponto conseguimos costurar, com as muitas vozes⁵² que nos acompanham, é, de fato, cabível pensar na disciplina da Conservação e Restauração como um campo de poder. Se colocarmos o foco na palavra “disciplina”, veremos que já desde a sua nomenclatura ela se inscreve dentro do jogo de relações e representações de força. Assim é que Jacob Mey observa como a adoção do termo no meio acadêmico já é um ato deliberado:

O uso do termo por Foucault já havia sido previamente mencionado (...); neste, ele une o significado tradicional do termo (um instrumento de ensino por meio da punição, semelhante ao raciocínio pelo *argumentum ex baculo*) àquele derivado: o estabelecimento de uma rotina rigorosa para uma determinada atividade (...) (op. cit., p. 178).

Sob esta abordagem, iniciamos este capítulo com a palavra “disciplina”, uma vez que ele propõe a análise do enquadramento disciplinar da área de Conservação e Restauração ao longo do tempo, assim como levanta questões sobre esse lugar que ecoa na conjuntura atual da profissão e dos sujeitos que a exercem. No capítulo anterior, observamos a construção do perfil profissional que, no Brasil, iniciou-se a partir das primeiras contratações do conservador e restaurador no âmbito da esfera pública. Com base na pesquisa de Nunes de Castro, que resgata e analisa as planilhas de contratação, podemos ver que a condição de prestígio como artista e os

⁵² A concepção de linguagem dialógica e polifônica bakhtiniana é assumida completamente neste trabalho. Para Bakhtin todo enunciado participa de uma cadeia formada por outros enunciados anteriores e dialoga com respostas posteriores. Assim, Cada ato enunciativo carrega vozes outras. (Ver Bakhtin, Estética de la creación verbal. México: Siglo Veintiuno: 1982).

prêmios nos salões oficiais eram qualificativos mais que suficientes para assumir o cargo de conservador e restaurador, e:

Em relação à formação e às qualidades profissionais dos conservadores-restauradores que atuaram na ENBA, confirma-se que eram portadores de formação artística e que frequentaram a AIBA ou o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro (2013, p. 97).

Neste sentido, da narrativa do autor podemos inferir que os primeiros centros de formação para o conservador e restaurador foram a AIBA e a ENBA, “espaços simbólicos de consagração dos atores sociais” (op. cit., p. 98). O autor também repara no vigor dos princípios estéticos e métodos empíricos presentes por muito tempo na estrutura de atuação e formação profissional, inclusive quando na Europa já se falava dos princípios éticos e teóricos que situavam a disciplina na grande área técnico-científica. Assim, declara:

No contexto da AIBA e da ENBA, verifica-se, notadamente, uma formação experiencial voltada para a prática de trabalho referenciada nos problemas de natureza visual do objeto, caracterizada, portanto, por inúmeros refrescados, reentelamentos e repinturas de obras degradadas. (op. cit., p. 236)

Assim mesmo, a pesquisa de Nunes de Castro traz um dado importante quando constata que a extinção do cargo de conservador-restaurador nos quadros do funcionalismo, entre os anos 1915 e 1960, viabilizou que a função seja exercida por outros profissionais, como desenhistas, zeladores de museus e porteiros (op. cit., p. 229)⁵³. Coincidentemente, nesse período, às políticas preservacionistas do patrimônio cultural ficam diretamente vinculadas ao projeto museológico e, nessas circunstâncias, surge o profissional *conservador de museus*⁵⁴, integrado diretamente à área da museologia. Com o cargo de conservador-restaurador extinto na esfera pública, cabe então ajustar o perfil profissional para a categoria mais próxima, a museologia, área que passa a se ocupar das preocupações pertinentes à preservação patrimonial. Surgem, assim, os centros de formação para *conservadores de museus*, organizados no âmbito das instituições museológicas e

⁵³ Note-se que o veto presidencial de 2013 seguiu a mesma prerrogativa, aquela que não restringe e nem condiciona o exercício da profissão de conservador e restaurador.

⁵⁴ O nome *conservador de museus* tem origem na palavra francesa *conservateurs* (NUNES DE CASTRO, 2013, p. 103). No Brasil, entre 1930 e 1960, o nome para designar os museólogos era de *conservadores de museus* e, somente a partir de 1970, a designação muda para *museólogo* (CARVALHO, 2018, p. 3), conforme permanece nos dias atuais.

com um projeto educacional em conformidade com a estrutura e função dos museus: “No âmbito brasileiro a formação em Conservação-Restauração consistia, desde o século XIX, em um **conhecimento prático** proveniente dos museus” (CARVALHO, 2018, p. 5, grifo nosso). Desde essa perspectiva, a profissionalização preparava o conservador de museus mais para o domínio das técnicas e menos para a produção intelectual (MORAES & SOUZA, 2013, p. 13 apud SOUZA, p. 42, 2015).

Segundo Carvalho, o Curso de Museus instaurou, no Brasil, o conteúdo disciplinar da Conservação e Restauração (op. cit., p. 5). O referido curso, criado em 1932 nas instalações do Museu Histórico Nacional, foi estruturado com base na disciplina Técnica de Museus, cujo conteúdo programático contemplava, entre outras, a unidade de Noções de Restauração, a mesma que reunia um “misto de conceitos” (op. cit., p. 5)⁵⁵. Sá destaca, ainda, que a referida disciplina, Técnica de Museus, insere, pela primeira vez, os termos *conservação* e *restauração* dentro de um programa de formação (2012, p.30 apud CARVALHO, 2018, p. 54).

Quase meio século após sua criação, o Curso de Museus passa a ser chamado Curso de Museologia, marcando a consolidação do campo disciplinar da museologia na ocasião da sua transferência para a Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO, em 1977. No que diz respeito aos conteúdos de conservação e restauração, eles também passam por mudanças guiadas pelos novos paradigmas que portavam o referencial da Conservação Preventiva:

(...) os conteúdos de Preservação-Conservação foram inseridos em disciplinas de Museologia-Museografia pertinentes à questões ligadas ao acondicionamento em Reserva Técnica, monitoramento ambiental, higienização, transporte e manuseio, isto é, com ênfase na Conservação Preventiva, conceito que será a tônica das discussões preservacionistas na década de 1980 (CARVALHO, op. cit., p. 6).

Após o seu enquadramento nas ações educativas de formação dos museólogos, como posteriormente serão chamados os conservadores de museus, em 1953, a disciplina de Conservação e Restauração volta-se também para a área

⁵⁵ As fontes consultadas por Carvalho são: Decreto-Lei nº 21.129, de 07/03/1932. Diário Oficial, 15/03/1932 que cria o curso e o Decreto nº 16.078, de 13/07/1944 que aprova o Regulamento do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional. Diário Oficial, 15/07/1944. Já Souza acrescenta que o curso ganharia mandato universitário em 1951, mediante um convênio firmado com a Universidade do Brasil, atual UFRJ (2015. p. 43).

das artes, quando é inserida na grade curricular do artista plástico do curso de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nesse contexto, o professor e restaurador do Iphan, Edson Motta, introduz duas disciplinas denominadas Restauração de Pinturas e Restauração de Obras sobre Papel⁵⁶ (COELHO, 2011, p. 13). Segundo Ana Paula Carvalho, o curso promove um trânsito com a museologia, já que estudantes dessa área passaram a frequentar a EBA para aprender as noções da restauração com o Prof. Edson Motta. De outro lado, estudantes e profissionais formados da EBA se apresentaram ao Curso de Museus, como é o caso do Prof. Almir Paredes.

Seja pelo prisma da formação museológica ou da artística, o caso é que a cidade do Rio de Janeiro representa o primeiro cenário em que se desenvolve a Conservação e Restauração dentro de uma estrutura disciplinar, mesmo que ela não seja entendida ainda como um campo autônomo. Na base de formação artística, Beatriz Coelho afirma que a Universidade Federal do Rio de Janeiro protagoniza a “introdução de disciplinas de restauração de obras de arte em cursos universitários no Brasil” (op. cit.), a partir da iniciativa do Prof. Motta. Em seguida, esta linha é também adotada na Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde o professor e pintor João José Rescala cria e ministra as disciplinas Restauração I (Restauração de pinturas) e Restauração II (Restauração de esculturas).

Nessa época, a maioria dos profissionais que trabalhavam em restauração de pinturas, esculturas, obras de talha, documentos e obras sobre papel foi preparada nessas disciplinas da Escola de Belas Artes do Rio ou da Bahia e em estágios no ateliê do Iphan do Rio de Janeiro. Alguns frequentaram os dois ambientes, no Rio e na Bahia (op. cit.).

Mais de duas décadas depois, em 1977, a Prof.^a Beatriz Ramos de Vasconcellos Coelho encaminhou e conseguiu do IPHAN a aprovação do projeto para dar início ao curso de especialização em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis, dentro do programa de pós-graduação da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pouco tempo depois, o referido curso de pós-graduação *lato sensu*, que funcionou com financiamento da então Secretaria de Planejamento da Presidência da República (op. cit., p. 14), deu lugar ao Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis (CECOR).

⁵⁶ O Prof. Motta ofereceu o curso da UFRJ até a década dos 80 (CARVALHO, 2018, p. 110).

Inaugurado em 1980, o CECOR integrou, além do curso de especialização, outras atividades de pesquisa e extensão na área de conservação e restauração.

As reformas universitárias das décadas '80 e '90 criaram demandas por cursos de especialização. Este cenário de políticas públicas para a educação beneficiou a criação e implementação de cursos em todas as áreas e também possibilitou o início do *Primeiro Curso de Especialização em Conservação* do programa de pós-graduação da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mesmo com todo o entusiasmo que o panorama educacional mostrava, chama a atenção o demorado processo de implementação deste curso, iniciado em 1981 e efetivado sete anos depois, em 1988 (Carvalho, 2018, p. 125). Entre os anos 1989 e 1996, o curso foi oferecido em período integral, visando o cumprimento de uma carga de 600 horas/aula, dividida em quatro meses de aulas teóricas e práticas. Com essas características, formaram-se seis turmas de especialistas em conservação, muitos deles servidores públicos que já atuavam na área de preservação patrimonial dentro das instituições brasileiras.

Sobre o curso de especialização da UFRJ, Almir Paredes Cunha, entrevistado por Ana Paula Carvalho, afirma que ele representou uma primeira tentativa de consolidar o campo disciplinar da Conservação e Restauração, embora a modalidade (*Lato sensu*) deu-se como imposição das circunstâncias que impediam contar com um *staff* de professores de alta titulação para responder às exigências de um programa de pós-graduação (CUNHA, 2016 apud CARVALHO, 2018, p. 98). A escolha pela modalidade (*Lato sensu*) também permitia que o curso não caísse na obrigatoriedade de abrir turmas de forma regular, isto é, continuada, como seria o caso do mestrado (*Stricto sensu*). Mas, após seis anos consecutivos, e a pesar de todos os esforços para sua manutenção, o curso não teve fôlego para continuar devido a motivos internos e externos, entre eles, os empecilhos que a conjuntura da educação brasileira da época colocava para continuar contratando docentes externos, os recortes de recursos destinados a programas de pós-graduação e a aposentadoria da professora Marylka Mendes que impulsionara sua criação e continuidade⁵⁷.

⁵⁷ Ana Paula Corrêa de Carvalho, atual docente do bacharelado em Conservação e Restauração da EBA/UFRJ, pesquisou os pormenores e peculiaridades deste curso como tema de tese de doutoramento.

3.2 Novas perspectivas na formação profissional do conservador e restaurador

Para o início da conversa sobre a formação profissional, é importante recuperar as inquietações da Prof. Marylka Mendes que são ainda muito pertinentes e atuais:

Quem são nossos profissionais? Oriundos de cursos no exterior, treinados dentro de atelier, alunos de disciplinas inseridas em currículos escolares e/ou oriundos de curso de curta duração. Como avaliar a capacitação entre pessoas [conservador e/ou restaurador] que passam por cursos cujas cargas variam desde 10, 20 até mais de 2000 horas aula. Não há consenso a respeito do tipo de habilitação conferida pelos cursos, do currículo mínimo de disciplinas a serem ministradas e da respectiva carga horária aula (1996, p.11, apud CARVALHO, 2018, p. 105).

Certamente, as tensões manifestadas há mais de duas décadas representam, ainda que com algumas transformações, a realidade do cenário atual da Conservação e Restauração. O resgate das preocupações do passado nos ajuda a visualizar a trajetória da formação do conservador e restaurador desde o seu próprio campo disciplinar, ou no horizonte dele. No Brasil, a primeira década deste século marca o início de uma nova proposta para a disciplina de Conservação e Restauração: os cursos de bacharelado. Este panorama promissor, que Mendes ainda pode testemunhar, é o assunto que nos ocupa nesta última parte do trabalho.

Criados a partir de 2008, e estruturados através do Programa REUNI⁵⁸ do Governo Federal, os cursos de graduação tem assumido um papel substancial no processo de consolidação do campo. Atualmente, e passada mais de uma década desde que os cursos foram implantados⁵⁹, o caráter híbrido e complexo de uma disciplina técnico-científica, como a nossa, é um tema pouco abordado em trabalhos acadêmicos, embora as discussões dentro das salas de aula sejam intensas por acompanhar os anseios por definir a identidade profissional a partir da legitimação dentro e fora do espaço universitário. As repercussões da formação do conservador e restaurador nesta nova configuração disciplinar ainda não aparecem claramente,

⁵⁸ O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 com a finalidade de expandir a oferta de vagas nos cursos de graduação e favorecer o acesso e a permanência na educação superior e pública, previstos no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

⁵⁹ Atualmente existem três cursos de graduação em Conservação e Restauração, todos no âmbito das Universidades Federais. O curso da UFMG iniciou as suas atividade em 2008, e os cursos da UFPel e da UFRJ, em 2010, conforme consta no cadastro oficial e-MEC (ver Fig. 2). Há ainda um quarto curso locado no Instituto de Tecnologia da UFPA, mas não iniciou as atividades até esta data, embora já tenha autorização e seu registro conste no cadastro e-MEC.

mas será interessante prestar atenção às mudanças que, ao longo dos anos, virão junto ao contingente de profissionais com formação acadêmica superior e específica, principalmente na participação em concursos para vagas de estágio e de emprego próprios da área, cujos editais ainda contemplam cursos afins. O horizonte se torna ainda mais promissor se damos ênfase às competências profissionais que exigem, cada vez mais, preparo e especialização, isto sem considerar a regulamentação da profissão, que esperamos não demore em chegar.

Nos dias atuais, afirmar-se como profissionais conservadores e restauradores de domínio específico não é tarefa fácil. No interior da própria universidade ou nas instituições que preservam o patrimônio lidamos com interpretações desajustadas sobre o nosso campo de saber e de atuação. Com tudo, acreditamos que seja no eixo da formação universitária onde possamos encontrar a pedra filosofal que modifique os olhares, reconheça as peculiaridades de nossa preparação científica e técnica e favoreça a construção do corpo conceitual mais genuíno. Sem dúvida, a apropriação desse capital simbólico nos permitirá, além de tudo, usufruir dos benefícios da interdisciplinaridade, uma pauta urgente que demanda espaços de discussão e articulação.

Vislumbrar o futuro do campo a partir da estruturação da sua disciplina não é uma quimera. Cursos de longa duração, com um currículo mínimo e um *staff* de professores diplomados e especializados na área, diminuem o impacto dos cursos curtos e livres que são oferecidos a título profissionalizante e que abrem o campo para a prática desqualificada que promova resultados catastróficos que eventualmente aparecem na mídia. Há muito caminho pela frente, mas nada se faz sem andar e, neste sobrevoo panorâmico que merece um alcance mais profundo, podemos também abrir uma advertência para os pressupostos teóricos, epistemológicos e metodológicos que ainda dão sobrevida a pensamentos clássicos que, associados a impactantes metodologias de diagnóstico e análise provenientes, principalmente, das ciências exatas e tecnológicas, anunciam as virtudes da quantificação e da reprodutibilidade dos processos de intervenção, sem atentar a que modelos padrão de intervenção para os objetos da conservação e restauração são verdadeiras antíteses que avançam na contramão das teorias e práticas que se esmeram para construir os novos paradigmas da profissão.

Para Berger e Luckmann “todo nome implica uma nomenclatura, que por sua vez implica uma localização social determinada” (1985, p. 177), seguindo esta premissa, resulta aqui interessante voltar à gênese dos três cursos de graduação em Conservação e Restauração, dois dos quais encontraram refugio nas Escolas de Belas Artes (da UFRJ e da UFRJ) e o terceiro, integrado ao Instituto de Ciências Humanas da UFPel. Para o primeiro caso, e a modo de conjetura, podemos pensar que os cursos de especialização que funcionaram nas duas instituições deixaram o terreno adubado para a (im)plantação do bacharelado, almejado e conquistado anos mais tarde. Já a criação do curso da UFPel merece um olhar mais atento, pois iniciado como um curso de tecnologia, em 2008 (veja-se o projeto pedagógico), encontrou espaço no Instituto de Ciências Humanas (ICH) que hoje abriga o bacharelado. Presume-se que um curso que encontra toda a aparelhagem e o aval conceitual das ciências humanas, já desde o interior do seu departamento, é moldado de forma diferenciada e estabelece um diálogo mais fluido com os novos paradigmas da Conservação e Restauração a que Vega Cárdenas chama de “ciência dos poderes simbólicos” (BOURDIEU, 1982, p. 56 apud VEGA CÁRDENAS, 2018, s/p), classificação que deixa o pêndulo mais inclinado para as teorias sociais, principalmente desde a sociologia bourdieusiana.

Pensar a partir das ciências humanas, da sociologia principalmente, coloca novos desafios para a formação do conservador e restaurador dentro das instituições de ensino. Frente ao cientificismo que surge na segunda metade do século passado, endossado principalmente pelos consensos internacionais, emergem, nestas últimas décadas, grupos de discussão que rascunham caminhos diferentes e reivindicam os elementos sociológicos (intangíveis) que entram em jogo no ato de conservar e restaurar. No âmbito latino-americano, a oferta de disciplinas que ofereçam as ferramentas de análises necessárias que dão abertura para pensar nos “poderes simbólicos” do trabalho e na ressonância da função social é ainda uma carência que precisa ser superada, mais ainda se considerarmos as diretrizes e os programas educacionais como pontos essencialmente sensíveis para a formação crítica, reflexiva e, finalmente, multidisciplinar, dos novos conservadores e restauradores.

El hecho de que la mayor parte de los restauradores no haya adquirido las herramientas de análisis para comprender su mundo social y los alcances que tiene la restauración (...) responde a los

procesos de conformación disciplinar de la restauración, en los cuales las ciencias sociales apenas comienzan a trascender el ámbito de las reflexiones para incorporarse en la metodología y en la práctica de la conservación (2018, s/p)⁶⁰.

A carência de formação em ciências sociais é fruto das condições educacionais e também da evolução disciplinar, diz Vega Cárdenas. Já Quintero Balbás chama a atenção ao descompasso que existe entre os avanços tecnológicos que oferecem o instrumental de primeiro mundo para as intervenções e os avanços conceituais que oferecem a reflexão teórica que visa o pensamento crítico- reflexivo, condição necessária para consolidar a disciplina:

Todos estos avances científicos permitieron poner en marcha nuevas metodologías de diagnóstico que tuvieron un impacto significativo en las formas de intervención. Sin embargo, no se reflexionó acerca de las condiciones generales de nuestra disciplina (INSAURRALDE CABALLERO, 2008, p. 19 apud, 2016, p. 11)⁶¹.

Pensar e analisar os processos que estão envolvidos na prática da conservação e restauração, e entendê-los como processos dinâmicos porque políticos e culturais, nos outorga novas possibilidades de atuação e de impacto social. Além de laboratórios de análise de amostras, é fundamental construir laboratórios de análise social que nos instrumentalizem como agentes políticos de processos identitários e de transformação, para, em primeiro lugar, *restaurar* a imagem do conservador e restaurador como produtor de cultura e conhecimento. Quintero Balbás faz um chamado para que as ciências sociais penetrem de uma vez por todas na corrente da conservação e restauração:

Nos debemos asumir como una disciplina que es parte de las ciencias sociales, quizás dentro de un esquema tecnocientífico que trabaja de manera estrecha con las ciencias físico-experimentales y por tanto, con formas de trabajo similares, pero fundamentadas en un cuerpo teórico propio y consolidado (2016, p. 21)⁶².

⁶⁰ O fato de a maioria dos restauradores não ter adquirido as ferramentas analíticas para compreender seu mundo social e a abrangência que tem a restauração (...) responde aos processos de conformação disciplinar da restauração, nos quais as ciências sociais somente agora começam a transcender no âmbito das reflexões para serem incorporadas à metodologia e prática da conservação. (Tradução livre).

⁶¹ Todos estes avanços científicos permitiram o desenvolvimento de novas metodologias de diagnóstico, com impacto significativo nas formas de intervenção. No entanto, não houve reflexão sobre as condições gerais da nossa disciplina. (Tradução livre).

⁶² Devemos assumir-nos como uma disciplina que faz parte das ciências sociais, talvez dentro de um esquema técnico-científico que trabalha intimamente com as ciências físico-experimentais e, portanto,

Também desde essa perspectiva, podemos atingir o questionamento de Appelbaum quando observa o interesse e desenvoltura dos conservadores e restauradores no âmbito prático e no domínio das técnicas e instrumentos e, ao mesmo tempo, o desconforto e pouca relevância atribuída ao lado intangível do objeto⁶³, aquele que só o olhar educado pelas ciências sociais poderia capturar.

Situar a Conservação e Restauração no circuito da “ciência dos poderes simbólicos” é assumi-la “como un fenómeno cultural determinado por las ideas religiosas, filosóficas, estéticas y políticas, así como también por los logros de la ciencia” (MACARRÓN, 1997, p.13 apud VEGA CÁRDENAS, 2018, s/p)⁶⁴. Como fenômeno cultural, ela se alimenta de um *caldo axiológico*⁶⁵ resultante das simbioses que sujeitos e objetos elaboram em meio a trocas tangíveis e intangíveis. Por tanto, vislumbrar um curso de formação de sujeitos conservadores e restauradores capazes de enxergar as múltiplas dimensões dos objetos tem um componente político importante, no sentido de cobiçar uma formação que eduque (transforme) o olhar através da disciplina (rotina rigorosa e comprometida) e que promova revisões, desconstruções e reestruturações dos saberes que são substanciais para o campo, sem ficar reféns dos instrumentos nem dos discursos tecnicistas. Refletir sobre os que somos e o que fazemos na ordem social nos libera da simples tarefa de executar comandos, nos dá elementos transgressores para distinguir as camadas de história, memória e representações dos objetos de intervenção. Assim, concordamos plenamente com Vega Cárdenas na sua convocatória à sociologia:

El acto restaurativo como actualización del objeto restaurable es en efecto un producto cultural que como tal, no es un factor neutro ni desprovisto de ideologías. Por ello, la sociología muestra al restaurador que el desconocimiento de los elementos de comprensión y análisis de los esquemas culturales y disciplinares a partir de los cuales actúa, lo pone en riesgo de actuar como portavoz de los grupos hegemónicos, al colaborar voluntaria o involuntariamente en la construcción y el establecimiento de formas

com formas de trabalho semelhantes, mas a partir de um corpo teórico próprio e consolidado. (Tradução livre).

⁶³ “Nós, conservadores, tendemos a estar particularmente confortáveis no âmbito do prático, trocando informações acerca dos materiais e técnicas, ferramentas e equipamentos. Os aspectos intangíveis que incidem na tomada de decisões do tratamento são frequentemente considerados óbvios” (APPELBAUM, 2010, p. XX). (Tradução livre).

⁶⁴ Como um fenômeno cultural determinado por ideias religiosas, filosóficas, estéticas e políticas, bem como pelas conquistas da ciência. (Tradução livre).

⁶⁵ A expressão é de FARACO, 2005, p. 38.

selectivas de patrimonio cultural como instrumento de poder y de dominación social (op. cit., s/p)⁶⁶.

Neste exercício de relacionar o sujeito que se forma⁶⁷ conservador-restaurador com o campo da profissão vemos uma via de mão dupla em que tanto a especialização como as estruturas objetivas do campo se alimentam uma da outra: está, por um lado, o indivíduo que se identifica, estuda, reflete e critica com elementos conceituais peculiares e; por outro, a estrutura conformada por forças, representações e censuras. A apropriação se faz possível mediante o trabalho que exercite o pertencimento a um campo de saber, a partir dos modos de participação dos sujeitos e da relação com os outros, nos espaços acadêmicos e institucionais, principalmente. E é neste ponto que a teoria bourdieusiana de “campo” fica vinculada ao conceito de “habitus”, já que:

el análisis del habitus de un restaurador al interior del campo nos otorga una explicación epistemológica capaz de superar la dialécticas objeto–sujeto y teoría–práctica establecidas implícitamente en el modelo actual de la restauración expresado en sus prácticas y representaciones (VEGA CÁRDENAS, 2018, s/p)⁶⁸.

Reunir *campo* e *habitus* é investir também no sujeito situado, participante e mutante, que revisa princípios éticos, epistemológicos, culturais e técnicos para interpretar, intervir, narrar, conversar com o objeto que restaura. Esta comunicação sujeito-objeto não é neutra, nem desprovida de histórias, ela tem uma dupla dimensão espaço-temporal cujo traço é marcado “no solamente por el objeto (como pregona la teoría clásica de la restauración) o el sujeto (como lo proponen las actuales ideas sobre la restauración que tienden a ser llamadas teorías

⁶⁶ O ato restaurativo como uma atualização do objeto restaurável é, certamente, um produto cultural que, como tal, não é um fator neutro ou desprovido de ideologias. Por isso, a sociologia mostra ao restaurador que o desconhecimento dos elementos de compreensão e análise dos esquemas culturais e disciplinares a partir dos quais atua, o coloca em risco de atuar como porta-voz dos grupos hegemônicos, colaborando voluntária ou involuntariamente na construção e estabelecimento de formas seletivas de patrimônio cultural como instrumento de poder e dominação social. (Tradução livre).

⁶⁷ No campo da semântica, a palavra “formação” referida ao sujeito que ocupa o espaço acadêmico e conclui uma carreira universitária traz algumas implicações de base para uma análise discursiva que merece um capítulo à parte. Deixo aqui o registro e a vontade de realizar este estudo futuramente.

⁶⁸ A análise do habitus do restaurador no interior do campo nos dá uma explicação epistemológica capaz de superar as dialéticas objeto-sujeito e teoria-prática, implicitamente instituídas no atual modelo de restauração manifestado em suas práticas e representações. (Tradução livre).

contemporâneas)” (op. cit., 2018, s/p)⁶⁹, mas pelo evento que ocasiona o encontro. A forma de relação que o conservador e restaurador encontra nessa troca dependerá de como ele se preparou para aquilo, do seu *habitus*, entendido como um sistema de disposições duráveis que inserem o sujeito num cotidiano regado pela formação que recebeu do seu grupo ou classe. Azevedo aborda o *habitus* como “a interiorização de estruturas objetivas das suas condições de classe ou grupos que gera estratégias, respostas ou proposições objetivas para a resolução de problemas postos de reprodução social” (2003, p. 1, apud NUNES DE CASTRO, 2013, p. 21). Nunes de Castro resgata também o conceito para acentuar que:

[a] noção de *habitus* tem várias propriedades. Ela é importante para lembrar que os agentes têm uma história, que são produto de uma história individual, de uma **educação associada a determinado meio**, além de serem o produto de uma história coletiva, e que em particular as categorias de pensamento, as categorias de juízo, os esquemas de percepção, os sistemas de valores, etc. são o produto da incorporação de estruturas sociais (BOURDIEU, 2011. p. 58 apud op. cit., grifo nosso).

No que tange ao trabalho disciplinar, a noção de *habitus* também permite ver como a instituição escolar repercute na toma de decisões e nos modos de ser, agir e pensar dos seus “habitantes”. Sem cair em determinismo, podemos pensar na cultura escolar como um mecanismo que insere os sujeitos em novos horizontes que se alimentam também das transformações do campo. Trata-se de uma diversidade de sujeitos e grupos unidos pelas configurações disciplinares que estabelecem diálogos com o objeto da restauração. Esta zona fronteiriça entre o pessoal e o profissional levanta elementos de reflexão para compreender as bases da disciplina:

(...) especular acerca de los mecanismos epistemológicos a partir de los cuales cada restaurador actúa e interpreta es una tarea reciente. Entender, en efecto, cómo y en qué medida este ejercicio profesional depende de las condiciones sociohistóricas, psicológicas, económicas, familiares e incluso de estado de ánimo de cada restaurador —que Bernard Lahire (2012) llama disposiciones para actuar, creer, pensar y sentir— en relación con los mecanismos y dinámicas impuestas por las instituciones sociales (Douglas, 1999, p.31), es una materia muy poco estudiada a pesar de ser cimiento

⁶⁹ Não apenas pelo objeto (como proclama a teoria clássica da restauração) ou pelo sujeito (como propõem as atuais ideias sobre a restauração que costumam ser chamadas de teorias contemporâneas. (Tradução livre).

esencial del edificio de comprensión disciplinar. (VEGA CÁRDENAS, 2018, s/p)⁷⁰.

Como lugares simbólicos em que emergem novas interfaces entre o sujeito restaurador e o objeto restaurável, os espaços educacionais estão associados diretamente às propostas de legitimação dos saberes e de reconhecimento profissional, demandas que acalentamos já há algum tempo. Pleitear por mais e melhores possibilidades de formação profissional, por mais cursos de graduação, pós-graduação e intercâmbio estudantil deve estar sempre vigente na agenda se quisermos ver superadas as fissuras teórico-metodológicas e de representação social que acabam segregando os nossos saberes. Importante também para o trabalho político-pedagógico é articular pensamentos e práticas para além das fronteiras nacionais; através do diálogo com os nossos pares, do conhecimento das suas estratégias para lidar com as complexas realidades de formação e atuação profissional; fundamental é arquitetar alianças para robustecer o compromisso, ampliar os horizontes e construir, quem sabe um dia, um pensamento mais genuíno, tecer uma nova roupagem que se cinja e abraça com franqueza o nosso corpo social, cultural, econômico e político latino-americano.

⁷⁰ Especular sobre os mecanismos epistemológicos a partir dos quais cada restaurador atua e interpreta é uma tarefa recente. Entender, realmente, como e em que medida esse exercício profissional depende das condições sócio-históricas, psicológicas, econômicas, familiares e, inclusive, do estado de ânimo de cada restaurador - ao que Bernard Lahire (2012) chama de disposições para agir, acreditar, pensar e sentir - em relação com os mecanismos e dinâmicas impostas pelas instituições sociais (Douglas, 1999, p.31), é um assunto pouco estudado, apesar de ser um alicerce essencial para a construção da compreensão disciplinar. (Tradução livre).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

(...) o discurso escrito é de certa maneira parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc.

Mikhail Bakhtin (Voloshinov)

Para o pensamento dialógico bakhtiniano, que sustenta pontos essenciais deste trabalho, os enunciados que armam e organizam o texto são diálogos ininterruptos, atos de fala exterior e interior que estão em ebulição constante, correntes longas de pensamento movidas por intervenções discursivas que não seguem padrões predeterminados. Para Bakhtin a linguagem nunca está completa, ela está sempre em processo, em projeto; ela é inacabada, nunca “fechada”. Este é o lugar do presente trabalho, aquele que assume redundâncias, reformulações e questionamentos que insistem em reaparecer. Assim, os apontamentos destas considerações “finais” pretendem, em certa medida, deixar o registro dos “fios soltos” que ficaram na trama textual e que esperam arremates futuros, embasados em novas leituras e novos leitores, e amparados na praxe. A seguir, apresento algumas ponderações organizadas em três pontos:

1- Inserido na ciência social, o trabalho do conservador-restaurador percorre por conceitos mutantes e itinerantes, como o conceito de “patrimônio”, por exemplo⁷¹. Conceitos como esses, construídos em narrativas (histórica e geograficamente determinadas), nos permitem pensá-los em movimento e em transformação, fase a essas mesmas circunstâncias espaço-temporais de compreensão do mundo social. Assim também, e em igual proporção, as valorações dos objetos se modificam. Para Garcia Canclini, “La mirada moderna sabe que los objetos adquieren y cambian su sentido en procesos históricos, dentro de diversos sistemas de relaciones sociales e sometidos a construcciones y reconstrucciones

⁷¹ Embora seja sedutora a discussão destes conceitos, não pretendemos aprofundá-los agora, fazemos, entretanto, um destaque a teóricos como García Canclini, cujas reflexões nos provocam a seguir pensando. Sobre o patrimônio, ele diz: “Si bien el patrimonio sirve para unificar una nación, las desigualdades en su formación y apropiación exigen estudiarlo también como espacio de lucha material y simbólica entre las clases, las étnias y los grupos” (1999, p. 18). O patrimônio cultural como uma escolha associada a determinadas visões de sociedade e cultura aparece nas reflexões de diversos teóricos como Avrami et al., quem reconhece o patrimônio como o produto de “decisiones conscientes y valores tácitos de personas e instituciones concretas”, razão pela qual não deverá ser entendido como uma realidade imutável. (2000, apud MUNÓZ VIÑAS, 2010 p. 91). Por tanto, o tratamento dos objetos patrimonializados, decidido, quase sempre, a portas fechadas, deve ascender uma luz de alerta na sociedade e no meio profissional que se dedica ao estudo da cultura material.

imaginarias” (1997, p.83 apud VEGA CÁRDENAS, 2018, s/p)⁷². Nesse sentido, a responsabilidade social do conservador-restaurador radica na tomada de consciência das questões sociais, na sua incumbência de saber sobre os emblemas que orientam a(s) leitura(s) do objeto e na revisão contínua e crítica das bases metodológicas e epistemológicas que emolduram o seu trabalho. O fato de estar situado e atualizado repercute diretamente no grau de vulnerabilidade reflexiva do sujeito que, caso contrário, poderia ser usado como porta-voz de grupos de poder e canalizador inadvertido de ideologias (VEGA CÁRDENAS, 2018, s/p). O entusiasmo por desmistificar apagamentos e encarceramentos de histórias transforma realidades e atribui novos sentidos ao trabalho, ao mesmo tempo em que cria uma identidade profissional comprometida com noções político-pedagógicas.

Sob esses processos de construção, entendemos que as intervenções no objeto restaurável estão marcadas por, pelos menos, duas realidades culturais: aquela a partir da qual o conservador-restaurador interpreta o dado social⁷³ (que o objeto representa) e outra; aquela que os sujeitos constroem junto com seus objetos. Esta diferença de olhares para um objeto não deve ser ofuscada, pois ela se constitui como um mecanismo propulsor de diálogos e novas aprendizagens. São muitos e significativos os ganhos na aceitação de outros olhares, eles conferem sentido às trocas, pois, *se todos tivessem a mesma voz, não haveria razão para conversar*, como diz Appadurai (1986, p. 11). Este entendimento também pode orientar o diálogo entre nós, especialistas, e entre nós com outros profissionais. Mas a tarefa não é fácil, o sujeito que se sujeita ao outro para se transportar a um outro *ponto de vista* supera dificuldades de diversas naturezas, e esta é a importância de assumir naturalmente que estamos em construção e reinvenção continuada. A aproximação à teoria social é útil também para fugir de radicalismos, pois impõe a abordagem dos conceitos como um *continuum* de revisões que se dão lugar na troca horizontal de saberes, sejam eles especializados ou populares; horizontal no sentido de respeitar o que o outro tem a dizer do seu mundo e da sua existência. Entre “estudar o outro” e “aprender do outro” existe uma série de implicações

⁷² A visão moderna sabe que os objetos adquirem e mudam seu sentido em processos históricos, dentro de variados sistemas de relações sociais e sujeitos a construções e reconstruções imaginárias. (Tradução livre).

⁷³ Se aceitarmos que todo tratamento de conservação e restauração envolve pesquisa, poderemos afirmar que o conservador e restaurador é também um pesquisador e, como tal, ele “não fica fora da realidade que estuda, à margem dela, dos fenômenos aos quais procura captar seus significados e compreender”. (TRIVIÑOS, 1992, p. 121).

metodológicas que abrem questões de diversa natureza. No trabalho em conservação e restauração, especificamente, noções como preservação, deterioração, autenticidade, originalidade, etc., têm um filtro social e cultural que não pode ser ignorado. A própria ideia de “patrimônio da humanidade” anuncia por si só os seus limites estruturais.

2- A interpretação de um objeto está inexoravelmente ligada à tomada de decisões para sua conservação, portanto, como diz Appelbaum: “The conservator's sensitive response to physical aspects of the object's current environment and use and to the object's meaning and context is crucial to optimal treatments” (2010, p. XXIV).⁷⁴ Como intérpretes de dados sociais; humanos e materiais, lidamos com a dualidade: “(...) the dual nature of objects parallels the two primary treatment goals of preservation and interpretation”⁷⁵ (Ibid., p. 5).

A função de intérprete do objeto confere atribuições e responsabilidades, e exige, do conservador e restaurador, compromisso social. Nas palavras de Quintero Balbás:

Si se torna la mirada hacia el proceso de restauración, y retomando el aspecto de la interpretación necesaria para dicho propósito, debe recordarse que cada intervención que implica una modificación material, representa una responsabilidad cultural (2016, p. 14)⁷⁶.

Visto desde essa perspectiva, o conservador-restaurador está dotado de uma autoridade epistêmica que não deriva da sua “habilidade para contar histórias convincentes”, como diria Leigh (et. al., 1994 apud MUÑOZ VIÑAS, 2010, p. 99), mas surge do seu exercício intelectual crítico que lhe dá lucidez para entender que a história que ajuda a contar, através dos objetos que restaura, repercute nos processos imaginários e identitários da sociedade e dos povos. E, no exercício das suas funções sociais, é possível relacionar o profissional em conservação e restauração à sua potencial condição de intelectual orgânico⁷⁷, em seu pacto com a

⁷⁴ A resposta sensível do conservador aos aspectos físicos dos objetos em seu contexto, uso e significado atual é crucial para tratamentos bem sucedidos. (Tradução livre).

⁷⁵ A natureza dual dos objetos visa os dois desafios básicos de tratamento de preservação e interpretação. (Tradução livre).

⁷⁶ Se voltarmos a atenção para o processo de restauração, e retomando o aspecto da interpretação necessária para tal fim, deve-se lembrar que cada intervenção que implique uma modificação material representa uma responsabilidade cultural. (Tradução livre).

⁷⁷ O conceito de Intelectual Orgânico adquire relevância dentro do pensamento marxista gramsciano, junto com o conceito de “hegemonia”. Para Gramsci, a relação dialética do trabalho intelectual com o mundo social é questão central para a formação da contra-hegemonia: “Gramsci desenvolve uma interpretação original da função dos intelectuais nos processos de formação de uma consciência

alteridade e respeito às diferenças, em sua resistência, preparo e esclarecimento para reconhecer o sentido do seu desempenho.

3- O novo cenário de formação de conservadores e restauradores, no Brasil, configura novas possibilidades de atuação e participação que merecem consideração. Por um lado, as políticas educacionais brasileiras criam, em inícios do século, novas oportunidades de acesso ao ensino superior para grupos sociais historicamente relegados⁷⁸. Essa presença discente, que já ecoa no *staff* docente, exige novas escutas dessas vozes que refrescam os pensamentos e as formas de lidar com as questões sobre as que se funda “a ciência dos poderes simbólicos”, pois a prática educativa significa também uma prática política. Desde este enfoque, também não podemos perder de vista a demanda por mais e melhores espaços de qualificação continuada, principalmente dentro de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, que reconheçam as particularidades na formação, atuação e pesquisa profissional do campo. Neste ponto, também é de extrema relevância a criação de uma associação nacional que reúna e fortaleça um espaço social legítimo. Com tudo, as disputas pelo protagonismo e prestígio profissional não devem ameaçar os espaços do saber heterogêneo, originados a partir dos diferentes olhares que dialogam com a base comum de formação, que vão à busca de estratégias peculiares para responder a velhos e novos dilemas que impõe a modernidade⁷⁹. Além do mais, a multidisciplinaridade, que caracteriza o trabalho no campo da preservação do bem cultural, convida ao diálogo com outros profissionais como arquivistas, museólogos, bibliotecários, etc., prática que realça o mérito da escuta e da argumentação, e oferece infinitas oportunidades de acolhimento e engrandecimento profissional.

Para finalizar, marcamos incisivamente o nosso desejo pelo reconhecimento do profissional conservador e restaurador, cujo trabalho repercute fortemente na sociedade. Construir espaços de discussão que ultrapassem as fronteiras nacionais, dividir anseios, horizontes e experiências com os nossos vizinhos latino-americanos, representa o encontro das memórias com eles compartilhadas, resgate essencial

crítica por parte dos subalternos e na organização de suas lutas e ações políticas.” (DURIGUETTO, 2014, p. 267).

⁷⁸ Aqui me refiro principalmente à política de cotas educacionais instaurada pelo governo de Lula da Silva e reafirmada durante o governo de Dilma Rousseff para o acesso das camadas desfavorecidas da sociedade ao nível superior.

⁷⁹ Como demandas da modernidade entendo, por exemplo, os debates sobre políticas de descarte e de digitalização de documentos, para as quais devemos nos manter aparelhados e em vigília.

que incita o autoconhecimento; fortalece e restabelece nossa identidade, aceitando a integração como um lugar de elaboração que também espera por restauração.

Finalizo este trabalho com a sensação de lealdade a sentimentos e pensamentos que habitaram o meu percurso como aluna do Curso de Conservação e Restauração da UFRJ. Não pretendo a aprovação unânime das ideias que aqui coloco, pelo contrário, sei que o texto vive graças aos apontamentos e discussões que surgem da sua leitura, e que fazem falta no mundo das certezas impostas. Galeano diria que quando a escrita não conduz ao divórcio da alma e do corpo, e da razão e do coração, ela nos ajuda a juntar os nossos caquinhos⁸⁰, e eu acredito. Mas se os nossos caquinhos se juntarem a outros tantos, podemos reintegrar narrativas que se engrandeçam e fluam sem censura. E, em meio à pandemia que golpeia o mundo e exhibe sem piedade as nossas humanas vulnerabilidades, juntar os pedaços do corpo e da alma parece ter um sentido ainda mais crucial e certo.

⁸⁰ “Para qué escribe uno, si no es para juntar sus pedazos? Desde que entramos en la escuela o la iglesia, la educación nos descuartiza: nos enseña a divorciar el alma del cuerpo y la razón del corazón” (1989, p 89).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGNOLETTO, Sara. **La restauración bajo la perspectiva de la complejidad**. Valencia, 2009. 43f. Dissertação (Mestrado em Conservação e Restauração de Bens Culturais) - Departamento de Restauración de Bienes Culturales, Universidad Politécnica de Valencia, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10251/14476>>. Acesso em: 16 ago. 2019.

APPADURAI, Arjun. **La vida social de las cosas**. Perspectiva cultural de las mercancías. México D.F.: Grijalbo, 1986.

_____. **A vida social das coisas**. As mercadorias sob uma perspectiva cultural. Tradução de Agatha Bacelar. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

APPELBAUM, Bárbara. **Conservation Treatment Methodology**. 2 ed. Nova York: Routledge, 2010.

BAKHTIN Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 6 ed. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1992.

BEIGUELMAN, Giselle. Ataques a monumentos enunciam desavenças pelo direito à memória. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 de jun. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/06/ataques-a-monumentos-enunciam-desavencas-pelo-direito-a-memoria.shtml>>. Acesso em: 12 de agosto de 2020.

BERGER, Peter L. LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 22 ed. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

BITTENCOURT, José Neves. Armas, beleza, computadores: a Cultura Material em algumas observações introdutórias. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 6, n. 1, p. 25-39, jan.-abr. 2011.

BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: conceito-chave**. São Paulo: Contexto, 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. São Paulo: Ateliê, 2004.

BRASIL. Despachos da Presidenta da República, nº 400, de 18 de setembro de 2013. **Diário Oficial da União**, República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 de set. 2013. Seção 1, p. 1. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=19/09/2013>>. Acesso em: 15 de jan. 2020.

CALLEJA GARCÍA, Jimena. Ser o no ser profesional restaurador: un juego peligroso para el patrimonio. **PERSPECTIVAS - Revista ph - Instituto Andaluz del**

Patrimônio Histórico, n. 86, p. 168-169, out. 2014. Disponível em: <http://www.iaph.es/revistaph/index.php/revistaph/article/view/3531/3515> Acesso em: 15 de junho de 2020.

CAU-PR. STJ reconhece que restauro é atribuição privativa de arquiteto e urbanista. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil-CAU/PR**. Paraná, 14 nov. 2019. Disponível em: <<https://caubr.gov.br/stj-reconhece-que-restauro-e-atribuicao-privativa-de-arquiteto-e-urbanista/#:~:text=O%20Superior%20Tribunal%20de%20Justi%C3%A7a,privativa%20de%20arquitetos%20e%20urbanistas.&text=Para%20a%20advogada%20do%20CAU,j%C3%A1%20est%C3%A3o%20decididas%20desde%202005>>. Acesso em: 20 de abr. 2020.

CARVALHO AMARO, Gonçalo de. Conciliando el tangible con el intangible: una reflexión integral sobre el patrimonio. **e-rph concepto – estudios**, n. 15, p. 6-22, dez. 2014. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/230511038.pdf>>. Acesso em: 15 dez 2019.

CARVALHO, Ana Paula Corrêa de. **Preservação de plantas arquitetônicas: identificação e conservação de cianótipos**. Rio de Janeiro, 2011. 153 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio). Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. UNIRIO/MAST 2011.

_____. **O Curso de Especialização em Conservação de Bens Culturais Móveis da Escola de Belas Artes da UFRJ: Contribuições para a preservação do patrimônio**. Rio de Janeiro, 2018. 252f. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio) Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. UNIRIO/MAST 2018. Disponível: <<http://hdl.handle.net/11422/8784>>. Acesso em: 10 set. 2019.

CHAUÍ, Marilena. **Ainda o Nacional e o Popular**. In: Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 87-120.

COELHO, Beatriz R. V. Estado atual da conservação do patrimônio escultórico no Brasil. **Ge-conservacion**, v. 2, p. 7-19, Dez. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.37558/gec.v2i2.38> Acesso em: 03 Jul 2017.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO PARANÁ (CAU/PR). STJ reconhece que restauro é atribuição privativa de arquiteto e urbanista. 07 de novembro de 2019. Disponível em: <<https://caubr.gov.br/stj-reconhece-que-restauro-e-atribuicao-privativa-de-arquiteto-e-urbanista/#:~:text=O%20Superior%20Tribunal%20de%20Justi%C3%A7a,privativa%20de%20arquitetos%20e%20urbanistas.&text=Para%20a%20advogada%20do%20CAU,j%C3%A1%20est%C3%A3o%20decididas%20desde%202005>>. Acesso em: 10 jan. 2020

CONTRERAS VARGAS J.; PEÑUELAS GUERRERO, G.; LÓPEZ ARRIAGA, I.M. Una breve revisión sobre la metodología para la conservación-restauración. In: **Estudios sobre conservación, restauración y museología**. Vol. II. P. 235-248.

DICIONÁRIO AURELIO (online). Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/aurelio-2/>> Acesso em: 11 set 2019.

DICCIONARIO DE LA LENGUA ESPAÑOLA. Disponível em: <<https://www.rae.es>> Acesso em: 11 set 2019.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. A questão dos intelectuais em Gramsci. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 118, p. 265-293, abr./jun. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ssoc/n118/a04n118.pdf>> Acesso em: 15 Jan 2020.

FRAGO, Antonio Viñao. **Alfabetização na sociedade e na história: vozes, palavras e textos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa. 15 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GALEANO, Eduardo. El libro de los abrazos, Buenos Aires: Siglo XXI, 1989.

_____. Los hijos de los días. Buenos Aires: Siglo XXI, 2011.

GARCIA CANCLINI, Nestor. Consumidores e Cidadãos. Conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

_____. Los usos sociales del Patrimonio Cultural. *In*: AGUILAR CRIADO, Encarnación. (org.). **Cuadernos Patrimonio Etnológico. Nuevas perspectivas de estudio**. Andalucía: Consejería de Cultura. Junta de Andalucía. p. 16-33. 1999. Disponível em: <https://www.academia.edu/7333334/Canclini_Los-usos-sociales-del-patrimonio-cultural>. Acesso em: 31 jul. 2018.

GINZBURG, Carlo. Tradução de Federico Carotti. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. *In*: _____. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-180.

GOETTERT, Jones Dari; MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. Gentes|terras: o *ouvir* mútuo das Geografias Indígenas. **Revista NERA**, v. 23, n. 54, p. 9-34, mai.-ago., 2020.

GONÇALVES, S.J.R.; BITAR, N.P.; GUIMARÃES, R.S. (orgs.). **A alma das coisas: patrimônios, materialidade e ressonância**. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ. 2013. p. 7- 18.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro, 2007. 256p. (Museu, memória e cidadania).

_____. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan/jun 2005.

GOYENA, A. O sorriso irônico dos budas: demolição e patrimônio no vale sagrado de Bamiyan. *In*: GONÇALVES, S.J.R.; BITAR, N.P.; GUIMARÃES, R.S. (orgs.). **A**

alma das coisas: patrimônios, materialidade e ressonância. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ. 2013, p. 19-46.

GRAMSCI, Antonio. **Os inelectuais e a organização da cultura.** 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GUIMARÃES, S.R. O encontro mítico de Pereira Pasos com a pequena África: narrativas de passado e formas de habitar a zona portuária carioca. *In*: GONÇALVES, S.J.R.; BITAR, N.P.; GUIMARÃES, R.S. (orgs.). **A alma das coisas: patrimônios, materialidade e ressonância.** Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ. 2013. p. 47-78.

GUMBRECHT, H. O campo não hermenêutico ou a materialidade da comunicação. **Teresa**, São Paulo, n. 10-11, p. 388-409, 3 dez. 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/teresa/article/view/116873>. Acesso em: 15 jan. 2020.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 7 ed. Tradução de Tomas Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 102 p.

HANNESCH, O. et. al. Formulário médico, estudo da materialidade do manuscrito e sua preservação: informações subjacentes. *In*: GESTEIRA, M. H., et. al. (org.) **Formulário Médico: manuscrito atribuído aos jesuítas e encontrado em uma arca da Igreja de São Francisco de Curitiba.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2019, p. 111-123.

INGOLD, Tim. **Estar vivo. Ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição.** Tradução de Fábio Creder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva em cargos de nível superior e de nível médio. Edital nº 1 – IPHAN, de 11 de junho de 2018. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/editais/detalhes/266/concurso-iphan-2018>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

_____. Concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva em cargos de nível superior e de nível médio. Edital nº 3 – IPHAN, de 25 de junho de 2018. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/editais/detalhes/266/concurso-iphan-2018>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, vol. 25, n. 2, p. 1-13, 1995 – Artigos.

KORSTANJE, M.; HERRERA, S. Ensayo de epistemologia turística: del positivismo a la fenomenología. **Revista Turismo y Desarrollo local.** Vol. 8, Nº 19 Dez 2015. Disponível em: <www.eumed.net/rev/turydes/19/epistemologia.html>. Acesso em: 30 set. 2019.

LARROSA BONDÍA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Tradução de João Wanderley Geraldi. **Revista Brasileira de Educação.** Rio de

Janeiro, n. 19, p. 19-28, jan./abr. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000100003>. Acesso em: 15 jan. 2017.

LARROSA, Jorge & KOHAN, Walter. Apresentação da coleção. *In*: RANCIÈRE, Jacques. **O mestre ignorante** – Cinco lições sobre a emancipação intelectual. Tradução de Lílian do Valle. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. s/p.

MERENCIO, T. Fabiana. A imaterialidade do material, a agência dos objetos ou as coisas vivas: a inserção de elementos inanimados na teoria social. **Cadernos do LEPAARQ** – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio. Pelotas, RS: Ed. UFPEL V. X, n° 20, p. 183-204, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/download/2204/2526>>. Acesso em: 30 set. 2019.

METZ, C. L. & ROCHA, A.L.C. da. O poder de agência atribuído à vestimenta e aos objetos sob ótica da antropologia social e cultural. 5° encontro nacional de pesquisa em moda. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/ef2e8f8e-77b9-4e60-9136-810da89cb9f9/O%20PODER%20DE%20AG%20ANCIA%20TRIBU%20A%20VESTIMENTA%20E%20AOS%20OBJETOS%20SOB%20A%20C%20TICA%20DA%20ANTROPOLOGIA%20SOCIAL%20E%20CULTURAL.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2019.

MEY L., Jacob. As Vozes da sociedade. Seminários de pragmática. Tradução de Ana Cristina de Aguiar. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2001.

MIGON, Aline Abreu dos Santos. Caracterização para o tratamento de conservação do papel translúcido industrial para plantas arquitetônicas encontradas em acervos patrimoniais. Pelotas, 2014. 149f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal da Pelotas, 2014.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO. **O que é o REUNI**. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>> Acesso em: 20 de julho de 2020.

MIOTELLO, Valdemir. Ideologia. *In*: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: conceito-chave**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 167-176.

MUÑOZ VIÑAS, Salvador. **Teoría contemporánea de la Restauración**. Madrid: Síntesis, 2010.

NUNES DE CASTRO, Aloisio A. **A trajetória histórica da conservação-restauração de acervos em papel no Brasil**. Juiz de Fora, 2008. 172f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&o_obra=110736>. Acesso em: 10 ago. 2019.

_____. **Do restaurador de quadros ao conservador-restaurador de bens culturais: o corpus operandi na administração pública brasileira de 1855 a 1980**. Belo Horizonte, 2013. 257f. Tese (Doutorado em Artes) – Programa de Pós-Graduação em Artes, Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/JSSS-9GGJEC>> ou <<http://hdl.handle.net/1843/JSSS-9GGJEC>>. Acesso em: 20 set. 2019.

PASOLINI, P.P. Gennariello: a linguagem pedagógica das coisas. *In*: LAHUD, M. (org.) **Pier Paolo Pasolini - Os Jovens Infelizes. Antologia de ensaios corsários**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990. p. 125-136.

PHILIPPOT, P. La obra de arte, el tiempo y la restauración. **Conversaciones con... Paul Philippot**. Tradução de Valerie Magar Meurs. México D.F., n. 1, p. 18-26, Julho 2015.

QUINTERO BALBÁS, Diego. La nobleza de la restauración. Una reflexión en torno a la cientificidad de la disciplina. **Conserva**, n. 21, p. 9-24, 2016. Disponível em: http://www.cncr.gob.cl/611/articles-75780_archivo_01.pdf Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

RANCIÈRE, Jacques. **O mestre ignorante** – Cinco lições sobre a emancipação intelectual. Tradução de Lílian do Valle. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. 143 p.

SÁNCHEZ HERNAMPÉREZ, Arsenio. **Paradigmas conceptuales en conservación**. Madrid: Biblioteca Nacional, 2004. Disponível em: <<http://www.cool.conservation-us.org/byauth/hernampe/canarias.html>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

SANSI, R. A vida oculta das pedras: historicidade e materialidade dos objetos no candomblé. *In*: GONÇALVES, S.J.R.; BITAR, N.P.; GUIMARÃES, R.S. (orgs.). **A alma das coisas: patrimônios, materialidade e ressonância**. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ. 2013. p. 105- 122.

SANTOS, P.C, dos; GRANATO, M. Documentação dos acervos científicos e tecnológicos e o MAST: uma história a partir das memórias. *In*: GRANATO, M. (org.). **Museologia e patrimônio**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2015. p. 141-176. (MAST: 30 anos de pesquisa, v. 1).

SCHNEIDER GLANTZ, R. Función, diferencia cultural y vida comunitaria: proyectos de conservación y restauración en localidades indígenas de México. **Conversaciones con...**, n. 6, p. 301-322, 7 mar. 2019.

SOBRAL, Adail. Ato/atividade e evento. *In*: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: conceito-chave**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 11-36.

SOUZA, Carlos, Silveira de. O Museólogo como intelectual orgânico: um estudo de caso da trajetória profissional dos museólogos na Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2015.132 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, 2015. Disponível em:

<http://www.unirio.br/ppg-pmus/copy_of_carlos_vitor_silveira_de_souza.pdf>.
Acesso em: 10 fev. 2020.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1992. 175 p.
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. Curso de Conservação e Restauro de Bens Culturais Móveis. Carta aberta contra o veto da regulamentação da profissão do conservador-restaurador de bens culturais móveis. 24 set, 2013. Disponível em: <<https://conservacaoerestauo.wordpress.com/2013/09/24/carta-aberta-contra-o-veto-da-regulamentacao-da-profissao-do-conservador-restaurador-de-bens-culturais-moveis/#comments>> Acesso em: 20 mar 2020.

_____. Instituto de Ciências Humanas. Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC) de Bacharelado em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis, 2019. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/crbensmoveis/projeto-pedagogico-do-curso/>> Acesso em 03 Jul. 2020.

VEGA CÁRDENAS, Alfredo. **Los nuevos alquimistas: una sociología de la restauración desde México**. Guadalajara, México: ITESO, 2018. 221 p. (E-book HTML)

VENERO UGARTE, M.E & AGUIAR L. **Breve reflexão epistemológica no campo da conservação e restauração de bens culturais**. Revista da Graduação da Escola de Belas Artes – UFRJ. Ano 2, n. 3, nov. 2017, p. 160-166.

VILLASEÑOR ALONSO, Isabel. Ensayo -El valor intrínseco del patrimonio cultural: ¿una noción aún vigente? p. 6-13. **Intervención - Revista Internacional de Conservación, Restauración y Museología** . Ano 2. Nº 3 Jan-jun 2011.

HIPERVÍCULOS VISITADOS

<<http://emec.mec.gov.br/emec/nova#simples>>

<<https://ufmg.br/cursos/graduacao/2389/77496>>

<<https://eba.ufrj.br/cursos-disciplinas/>>

<<https://wp.ufpel.edu.br/crbensmoveis/>>

<<http://www.itec.ufpa.br/index.php/faculdade-de-conservacao-e-restauro>>

ANEXOS



Figura 01- Mesa de trabalho: “Reconhecimento Profissional – Depoimentos”. IV Encontro Luso-Brasileiro de Conservação e Restauro. Casa de Rui Barbosa, 30 de novembro de 2017. (Da esquerda à direita: Gilcy Azevedo, chefe da Seção de Conservação e Restauração da Câmara dos Deputados; Denise Guiglemeti, representante da ABRACOR; Gabriela Lúcio, representante discente).

Fonte: Página de Regulamentação da Profissão de Conservador-Restaurador no Facebook⁸¹.

⁸¹ Disponível em:

<<https://web.facebook.com/PL370/photos/rpp.156565624553552/739177142959061/?type=3&theater>>
Acesso em: nov. 2019.

BRASIL Acesso à informação Participe Serviços Legislação Canais

e-MEC Consultar Cadastro Perguntas Frequentes Documentos de Apoio ao Sistema Inscrição para BASiS Regulação / Avaliação

Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior
Cadastro e-MEC

*Ação Premiada
 14º Concurso Inovação na
 Gestão Pública Federal*

Bem vindo ao Cadastro e-MEC, regulamentado pela Portaria Normativa nº 21, de 21/12/2017, base de dados oficial dos cursos e Instituições de Educação Superior - IES, independentemente de Sistema de Ensino. Os dados do Cadastro e-MEC devem guardar conformidade com os atos autorizativos dos cursos e das IES, editados pelo Poder Público ou órgão competente das instituições nos limites do exercício de sua autonomia.
 A regularidade dos cursos e instituições depende da validade dos respectivos atos autorizativos e da tempestividade de protocolo dos processos regulatórios de manutenção da autorização para o funcionamento da instituição e oferta dos cursos.
 As informações inseridas pelas IES dos Sistemas Estaduais, reguladas e supervisionadas pelo respectivo Conselho Estadual de Educação, ou pelas IES do Sistema Federal, no âmbito da autonomia universitária, são declaratórias e a veracidade é de responsabilidade da respectiva instituição, nos termos da legislação.
 Os dados dos cursos de Especialização possuem natureza declaratória, pertencendo às instituições a responsabilidade pela veracidade das informações inseridas no Cadastro, nos termos da legislação. (Art. 29, PN nº 21/2017)

Consulta Interativa **Consulta Textual** Consulta Avançada IES Extintas

Nome do Curso

 **Código de verificação: ***

Resultado da Consulta Por: CURSO -> NOME DO CURSO

Instituição(IES)	Sigla	Nome do Curso	Grau	Modalidade	Índices	Data Início
(586) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UFRJ	(1114294) CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO	Bacharelado	Presencial	CC: 3(2019) CPC: - ENADE: - IDD: -	22/03/2010
(575) UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	UFMG	(113130) CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE BENS CULTURAIS MÓVEIS	Bacharelado	Presencial	CC: 5(2015) CPC: - ENADE: - IDD: -	25/02/2008
(634) UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	UFPEL	(1113654) CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE BENS CULTURAIS MÓVEIS	Bacharelado	Presencial	CC: 4(2013) CPC: - ENADE: - IDD: -	01/08/2008

© 2021 Ministério da Educação - Sistema e-MEC. Todos os direitos reservados. 

Figura 02 – Consulta textual
Cadastro Nacional de Curso e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC⁸²
Base de dados oficial dos Cursos de Bacharelado em Conservação e Restauração do Brasil

⁸² Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/emec/nova#simples>>. Acesso em: jan. 2020.

